

Debate sobre às Linhas de Acção

Governativa para o ano de 2015 na

área dos Assuntos Sociais e Cultura

13&14/04/2015

Índice

Questão levantada pela senhora deputada Wong Kit Cheng.....	9
1. Os profissionais de saúde nas instituições governativas e privadas têm falta de oportunidades de promoção.....	9
2. Será que o Governo pretende fazer oportunamente um balanço sobre a proporção e o efeito do serviço de guarda de meio dia (que faz parte dos serviços de creche)? Será possível proceder a estudo sobre outras medidas diversificadas destinadas a reforçar os serviços de creche?	12
3. Na implementação do Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias, surgiu uma situação não proporcional entre a aposta de recursos e o efeito. O Governo vai rever esse programa?	14
4. Qual é o conteúdo dos planos de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento dos assuntos das mulheres? Como se promove a igualdade de género?	15
Questão levantada pelo senhor deputado Lau Veng Seng.....	16
5. As restrições da planta de condições urbanísticas causaram perdas económicas de imóveis, que medidas de compensação ou reposição serão tomadas?.....	16
6. Com a falta de espaços para as indústrias culturais e criativas, quando é que acabam as obras das “Oficinas Navais”?	17
7. Qual é o andamento do Regime de Avaliação do Ensino Superior? Foram criados indicadores das capacidades para os licenciados e mestres?	18
8. Como é que se pode melhorar o nível de qualidade de cuidados de saúde em termos de medidas de licenciamento?	20
Questão levantada pelo senhor deputado Ho Ion Sang	22
9. Atendendo ao desenvolvimento monótono do turismo actual de Macau, quais são as estratégias das autoridades para explorar mais produtos caracterísitcas de turismo, divulgar marcas locais bem como explorar mais mercados turísticos para Macau?.....	22
10. Como se concretiza o plano sobre a prestação dos serviços comunitários que permitem facilitar a vida dos idosos no domicílio?	24

Questão levantada pela senhora deputada Chan Hong25

11. O que trata a concepção da “Aldeia das escolas”? O Governo pode apresentá-la?25
12. Terapia para alunos: actualmente, a maioria dos funcionários não sabe como utilizar os dispositivos de assistência, como resolver este problema?26

Questão levantada pelo senhor deputado Chan Meng Kam29

13. Deve-se reforçar a formação dos guias turísticos a nível do conhecimento de línguas estrangeiras para dar o bom acolhimento aos turistas internacionais?29

Questão levantada pela senhora deputada Lei Cheng I.....31

14. Macau tem-se transformado como um centro de turismo internacional de entretenimento e lazer, posicionando-se, também, ao mesmo tempo, no rumo do desenvolvimento da construção de uma cidade aprazível para viver, mas com tão grande número de visitantes e trabalhadores não residentes, a sua capacidade de acolhimento está a sofrer uma grande pressão. Nesta óptica, o Governo lançou medidas de triagem e os Roteiros Turísticos “Sentir Macau passo-a-passo”, mas isso não consegue resolver os problemas existentes; simultaneamente, o projecto de revitalização, lançado pelo Governo, tem por objectivo impulsionar a economia daquela zona. Critico as referidas medidas porque criam diversas contradições em relação à concepção da construção de uma cidade aprazível para viver. Quais são as medidas que o Senhor Secretário vai adoptar para equilibrar o turismo e a vida quotidiana, destas duas vertentes? Quando será anunciado o “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”?31
15. Relativamente aos serviços médicos comunitários, estes têm vindo a depender da mão-de-obra não residente e sendo negligenciado os trabalhos de formação de pessoal no âmbito de medicina, enfermagem e reabilitação. Neste contexto, a Autoridade tem conhecimento de todos os dados de procura de recursos humanos e ainda não existe um mecanismo de saída de mão-de-obra, levando à inexistência de um espaço para o desenvolvimento e acessibilidade da equipa de profissionais local. Então, quais são as medidas de melhoria e o programa de formação local que a Autoridade vai preconizar?34

Questão levantada pelo senhor deputado Chui Sai Cheong.....37

16. Qual é o andamento de construção do “Centro prático de ensino técnico-profissional” e “Centro de formação de línguas”?37

Questão levantada pelo senhor deputado Au Kam San.....38

17. Questão da saúde: A obra de 10 mil milhões de patacas referente ao “Projecto de saúde para os próximos dez anos” vai ser concretizada? De acordo com as informações analisadas, até ao ano de 2017 vão ser concluídas as obras da 1ª e 2ª. fases e até ao ano de 2019, vai ser concluída a obra da 3ª fase. O orçamento é indefinido, não há um prazo de concretização, neste contexto queria perguntar o Senhor Secretário sobre quando é que a obra pode ser concluída? Qual é o valor do orçamento necessário para a conclusão da obra? As despesas despendidas pelos Serviços de Saúde já subiram 5 vezes, e no futuro vão ser concluídos sucessivamente o novo hospital e os centros de saúde, então queria saber como vai ser utilizado o erário? Existe controlo dos recursos financeiros?38

Questão levantada pelo senhor deputado Ma Chi Seng.....42

18. Melhoria da aplicação para telemóveis do Instituto do Desporto? 42
19. Qual é a situação de execução das políticas de juventude? É necessário rever e avaliar, oportunamente, a sua eficiência?43

Questão levantada pela senhora deputada Leong On Kei.....45

20. Quando é que será lançada a Plataforma Electrónica com Informações de Turismo? Quais serão as funções? Quando é que estará disponível para promover?45

Questão levantada pelo senhor deputado Sio Chi Wai46

21. Face aos problemas da capacidade de acolhimento de turistas em Macau, a degradação da qualidade de vida da população, a mudança do mercado turístico no Interior da China, o surgimento dos novos mercados turísticos nas regiões vizinhas e outros desafios em diferentes vertentes, quais são entretanto, as ideias específicas do Governo em relação ao lançamento dos novos pontos turísticos e a novos projectos? Como se poderá continuar a melhorar os suportes de *software* e *hardware* em Macau?.....46

22. A respeito dos serviços de apoio a idosos, refere-se que deve ser reforçado o apoio comunitário, nomeadamente, o serviço urgente de teleassistência doméstica, serviços de enfermagem durante o dia, serviço de apoio ao domicílio, etc. Face à escassez de recursos humanos, ou seja, existir uma proporção de 3,4 enfermeiros para cada 1000 pessoas, é de referir que irão ser contratados mais de 500 profissionais de saúde para integrarem o sistema de saúde do Governo, dos quais 73% corresponde a pessoal de enfermagem. Sobre o exposto, as instituições de serviço social estão apreensivas quanto à questão de perda do seu pessoal. Neste contexto, como é que a Administração poderá actuar de forma a apoiar as instituições de serviço social a garantirem a quantidade e qualidade do pessoal de enfermagem?48

Questão levantada pelo senhor deputado Tong Io Cheng52

23. Que ideias têm as autoridades sobre o rumo do ensino superior? No âmbito do ensino superior, fizeram alguma análise de comparação com as estatísticas das outras regiões em relação às despesas? Qual é o rácio entre o investimento e a produção do ensino superior? Só com o conhecimento dos respectivos aspectos é que se pode ter uma previsão e decisão para o desenvolvimento do futuro.....52
24. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, é necessário aumentar o investimento na educação jurídica, caso contrário, o sistema jurídico local vai tornar-se insustentável.....54
25. Sendo que os filhos dos residentes de Macau são beneficiários das facilidades no acesso escolar e no prosseguimento de estudos, facultadas pelas autoridades de Zhuhai, como irá o Governo avaliar esta influência em relação às fontes de recrutamento de alunos das escolas secundárias e primárias de Macau?.....55
26. Como se estabelece um mecanismo eficaz e imparcial sobre a avaliação e supervisão na promoção dos profissionais de saúde?..57

Questão levantada pelo senhor deputado Ng Kuok Cheong61

27. Aquando de universalização da escolaridade gratuita, é necessário proceder à reforma sobre o regime de avaliação curricular tradicional e introduzira teoria das inteligências múltiplas no ensino; concretizando, ao mesmo tempo, o quadro de organização curricular e acreditação das habilitações académicas, é promovido o ensino das inteligências múltiplas.61

28. E relação à formação docente, devem-se definir as inteligências múltiplas como disciplina obrigatória no sistema de ensino infantil, primário e secundário.63
29. A sociedade levanta dúvidas sobre o Plano de financiamento à educação inclusiva, pelo que a Administração deve publicar atempadamente as respectivas informações e melhorar o seu mecanismo de supervisão.65
- Questão levantada pelo senhor deputado Kou Hoi In69**
30. Quais as medidas para preservar as lojas antigas tradicionais? Será possível valorizar a herança cultural para preservar as lojas antigas e a sua arte tradicional?.....69
- Questão levantada pelo senhor deputado Si Ka Lon71**
31. Para os projectos do hospital da Ilha de Montanha, os destinatários são os residentes de Macau ou incluem os do Interior da China?..71
32. Quando pode ser aberta a zona para indústrias culturais integrada no edifício envidraçado?.....72
- Questão levantada pelo senhor deputado José Pereira Coutinho.....73**
33. Existe nos Serviços de Saúde o problema de gestão de recursos humanos e a não correspondência de trabalhos e de cargos desempenhados pelos médicos de enfermeiros.73
34. Como é a utilização das salas de urgência do CHCSJ depois da obra de remodelação?75
35. A alteração ao Regime educativo especial baseia-se em qual legislação? A autoridade deve basear-se no Decreto-Lei n.º 33/96/M e não no sistema educativo não superior.....77
- Questão levantada pelo senhor deputado Chui Sai Peng.....78**
36. A capacidade de acolhimento turístico encontra-se quase saturada, e o Governo também começou sucessivamente a activação dos trabalhos na área de alojamento familiar. Gostaria de perguntar se a disponibilidade de quartos hoteleiros é considerado nesta fase um factor que limita o crescimento do turismo? Qual é o factor que mais limita o desenvolvimento do turismo?.....78

Questão levantada pelo senhor deputado Leong Veng Chai80

37. Para resolver os problemas do longo tempo de espera para consulta médica no hospital pública e da alta despesa médica efectuada nas consultórios privados, propõe que o Governo que arrende dois andares no edifício comercial para consultórios privados, no sentido de diminuir a despesa médica da consulta, encaminhar os doentes e prestar-lhes mais escolhas para consulta médica. Perante isto, qual é a posição do Governo?80
38. Será possível separar o ensino para diferentes grupos etários na Escola Concórdia para Ensino Especial?.....83
39. O mesmo encontra-se atento ao trabalho relativo à classificação da deficiência por tipo e grau e espera portanto, que o Instituto de Acção Social possa acompanhar esse trabalho.....85

Questão levantada pelo senhor deputado Lam Heong Sang86

40. Em relação à escassez de instalações comunitárias, tais como creches, escolas e instalações desportivas, o Governo tem algum plano?.....86
41. Que orientações os cidadãos devem observar no sentido de ser considerado racional o seu acto de recorrer ao atendimento médico?89
42. Relativamente às políticas destinadas a apoiar os grupos vulneráveis, como é que devem ser harmonizadamente integradas as partes e serem admitidas as diferenças no sentido de que as medidas tenham eficácia na sua execução?92
43. Onde se verificam as situações de insuficiências na governação? Quanto tempo é necessário para acabar com essas situações?97

Questão levantada pelo senhor deputado Chan Chak Mo110

44. Ao construir Macau como Centro Mundial de Turismo e de Lazer, quais são as estratégias e ideias para diversificar a estrutura dos mercados provenientes de turistas e como alcançar os serviços e a qualidade ao nível mundial? 110

Questão levantada pela senhora deputada Song Pek Kei.....112

45. Na sequência de desenvolvimento das diversas medidas pelo Governo, obtiveram verdadeiramente efeitos positivos no desvio de cuidados de saúde, concomitantemente, aumentou-se o volume de trabalho das instituições médicas privadas, piora-se com a contratação de pessoal em grande escala, o que causa pressão de recursos humanos nas instituições de serviço social. Será possível que o Governo forneça apoio financeiro em forma de subsídio directo ao pessoal da primeira linha, para estabilizar os recursos humanos? 112
46. Por falta de boa qualidade dos cuidados de saúde em Macau, mesmo que pretendam contratar médicos estrangeiros para ensinar os médicos locais, é restringido pelo Regime de Função Pública, o procedimento é demorado. Se for possível referenciar as outras regiões, reforma o modelo de governação das instituições médicas públicas, concedendo autonomia em contratação de pessoal? 114

Questão levantada pelo senhor deputado Chan Iek Lap117

47. Reforço de formação de medicina: Como se encontra um médico de orientação pedagógica adequado? Se o Secretário concorda com a importância de médico de orientação pedagógica? O que se pensa para melhorar os respectivos trabalhos de selecção e do controlo? 117
48. Inovação e reforma da saúde: Acontece que as clínicas privadas encontram muitas dificuldades no seu início de funcionamento, sendo as rendas muito elevadas para os espaços situados num edifício comercial, pergunto ao Senhor Secretário se pode proceder a uma alteração de legislação em colaboração com outros secretários, para que as clínicas privadas possam funcionar em prédios não comerciais?..... 119

Questão levantada pelo senhor deputado Leonel Alves.....121

49. Propõe a formação dos talentos locais, especialmente os talentos para o sector público e propõe a criação de um centro de investigação dedicado aos assuntos relacionados com Macau (saúde, educação, construção, etc)..... 121

Questão levantada pela senhora deputada Wong Kit Cheng

- 1. Os profissionais de saúde nas instituições governativas e privadas têm falta de oportunidades de promoção.**

Resposta:

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) dedica-se permanentemente à revisão e melhoria da construção do sistema de saúde, a fim de assegurar o seu desenvolvimento saudável e estável. Sendo muito importante os recursos humanos, o Governo da RAEM sempre dá importância ao desenvolvimento global das carreiras dos profissionais de saúde e concluiu, então, a revisão das carreiras de enfermagem e de médicos nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, incluindo a nova definição do conteúdo das suas funções, os seus requisitos, etc., com vista a melhorar a construção do sistema de saúde. A seguir, publicou total e gradualmente 16 diplomas conexos, tais como, regulamentos administrativos e despachos, bem como criou as comissões para a equiparação de habilitações académicas em categorias apropriadas. A par disso, em conformidade com o processo de revisão do Regime da carreira médica, foi elaborado o Regulamento Administrativo Complementar a respeito de condições para a obtenção da graduação em consultor, o qual entrou em vigor no dia 24 de Março de 2015. Após a aprovação deste diploma legal, prevê-se que mais de 90 médicos assistentes dos Serviços de Saúde com condições exigidas possam candidatar-se a concursos a respeito de mais de 20 especialidades.

Relativamente à formação médica, os licenciados na área de medicina podem participar nos cursos básico e avançado e com aproveitamento no exame, bem como pedir a equivalência das suas habilitações académicas e após a obtenção deste reconhecimento das habilitações académicas, os mesmos já correspondem às condições

exigidas para candidatarem-se aos concursos dos internatos geral e complementar a organizar pelos Serviços de Saúde. A seguir, com aprovação nos exames, os mesmos podem participar nos cursos de internos acima mencionados. A par disso, ao abrigo da disposição do Despacho do Chefe do Executivo n.º 72/2014, foram revistos os âmbitos das várias especialidades e a duração dos estágios, sendo 6 anos de duração unificada de formação de todas as especialidades, regulamentando claramente os conhecimentos, métodos e técnicas exigidos de formação de cada uma das especialidades, para reforçar e elevar o nível dos internos complementares. Um médico geral, após a duração de 6 anos do internato complementar e com aproveitamento nas provas de concurso de ingresso na categoria de médico assistente, pode ser especialista, bem como ao abrigo do Regime da carreira médica, os médicos assistentes habilitados com a graduação em consultor com 5 anos de exercício efectivo nesta categoria podem aceder à categoria de médico consultor com dispensa de concurso, por sua vez, o acesso à categoria de chefe de serviço depende da realização de concurso de prestação de provas, ao qual podem candidatar-se os médicos consultores com 5 anos de exercício efectivo nesta categoria.

Os Serviços de Saúde definiram o planeamento de formação de especialistas, para além do concurso de 65 vagas do internato complementar realizado no ano de 2014, ainda consideraram os factores de taxa de aprovação no exame do curso e o nível geral dos internos em apreço para organizarem anualmente o número dos internos complementares a concurso: cerca de 40 vagas em 2015, cerca de 50 em 2016, cerca de 60 em 2017 e cerca de 60 em 2018, ou seja, no prazo de 5 anos, prevê-se no total cerca de 275 vagas de internos complementares a concurso.

Para além da continuação de formação e recrutamento de médicos, os Serviços de Saúde também consideraram os factores, tais como, o

aumento de número de camas no Serviço de Urgência e na Unidade Associada de Cuidados Continuados, o prolongamento do horário de funcionamento dos centros de saúde e o preenchimento dos lugares dos profissionais saídos ou aposentados, e iniciaram em 2015 o processo de recrutamento de 188 enfermeiros de grau I. Por sua vez, os habilitados com licenciatura em enfermagem, oficialmente aprovada, ou com habilitações equiparadas, nos termos previstos no Regulamento Administrativo n.º 4/2010, podem candidatar-se. A par disso, em conformidade com o Regime da carreira de enfermagem, a carreira de enfermagem desenvolve-se por seis categorias: enfermeiro de grau I, enfermeiro-graduado, enfermeiro-especialista, enfermeiro-especialista graduado, enfermeiro-chefe e enfermeiro-supervisor, as quais implicam a formação adequada e correspondem a funções diferenciadas pela sua natureza, âmbito, responsabilidades e nível remuneratório. Em 2014, foi desenvolvido o concurso de acesso de 21 vagas de enfermeiro-especialista, garantindo que os enfermeiros de grau I e os enfermeiros-graduados com condições exigidas possam candidatar-se, de modo a fornecer uma oportunidade de acesso.

O Governo da RAEM, através do mecanismo de promoção, destinado ao desenvolvimento das carreiras dos profissionais de saúde, com vista a conquistar os profissionais de saúde excelentes, contribuindo para formação de uma equipa de função pública estável. Por outro lado, também continua a intensificar a formação dos internato geral e complementar, a fim de elevar a qualidade da assistência médica global.

- 2. Será que o Governo pretende fazer oportunamente um balanço sobre a proporção e o efeito do serviço de guarda de meio dia (que faz parte dos serviços de creche)? Será possível proceder a estudo sobre outras medidas diversificadas destinadas a reforçar os serviços de creche?**

Resposta:

Nas creches de Macau, a proporção das vagas do serviço de guarda de todo o dia e do serviço de guarda de meio dia é de 70% e de 30%, respectivamente. Segundo a estatística de Dezembro de 2014, fornecida pelas creches subsidiadas, a taxa de presença dos utentes da guarda de todo o dia era de 70% e a dos utentes da guarda de meio dia de 67%, pelo que não se apresentou uma diferença notória entre esses dois tipos de serviço. Por outro lado, a taxa de presença dos utentes da guarda de meio dia aumentou de 60% em 2013 para 67% em 2014, o que representa que esse serviço está gradualmente a ser aceite pela população.

Importa referir-se que em 2014 o número das creches subsidiadas prestadoras do serviço de guarda de meio dia aumentou de 5 para 23 e que as vagas proporcionadas passaram de 450 para 1.860, tendo sido mantida uma taxa de utilização efectiva global de 70%, o que representa que o efeito desse serviço se situava num nível ainda favorável. As vagas não preenchidas verificaram-se principalmente nas creches novas (p. ex., Creche Sin Meng, Creche “O Traquinas”, Creche “O Lago”, etc.).

O IAS acredita ser uma opção adequada o serviço de guarda de meio dia da parte de manhã ou da parte da tarde das 15h00 às 16h00 para as famílias que tenham em casa adultos para cuidar das crianças mas que desejem colocá-las nas creches para elevar a sua capacidade de auto-administração, convívio e adaptação social. A actual prestação simultânea do serviço de creche de todo o dia e do serviço de guarda de

meio dia representa assim a concretização do objectivo de diversificação dos serviços de creche.

Entretanto, o IAS encontra-se a apreciar novamente a situação do planeamento dos serviços de creche, com vista a estudar o desenvolvimento de uma prática mais adequada e oportuna, de modo a corresponder mais eficazmente às necessidades da sociedade.

3. Na implementação do Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias, surgiu uma situação não proporcional entre a aposta de recursos e o efeito. O Governo vai rever esse programa?

Resposta:

De acordo com os dados fornecidos pelas 3 instituições responsáveis pela exploração do serviço, até Abril de 2015, verificou-se o registo de um total de 16 amas comunitárias efectivas e 17 famílias que usufruíram desse serviço, com 739,5 horas totais de serviço acumuladas.

Do número de pedidos desse serviço, constatou-se que é reduzido o número das famílias que não conseguem colocar as suas crianças nas creches ou que têm dificuldade em cuidar delas. O referido programa piloto destina-se fundamentalmente a criar uma rede de segurança dos serviços de cuidados às crianças de tenra idade que assegure a obtenção do apoio de serviço pelas famílias com necessidades reais, pelo que o seu valor incide na produção de uma função de apoio na comunidade. Dada a existência de apenas 6 meses da introdução do programa, o seu efeito fica ainda por ser observado. Neste momento, o IAS e as instituições de exploração do serviço estão a apreciar a situação, com vista a rever a prática oportunamente.

4. Qual é o conteúdo dos planos de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento dos assuntos das mulheres? Como se promove a igualdade de género?

Resposta:

Em resposta ao apelo da Organização das Nações Unidas e à solicitação das entidades colectivas e individuais que acompanham os assuntos das crianças, quanto à criação de uma “Comissão dos assuntos das crianças”, irão ser alargadas as competências da Comissão dos Assuntos das Mulheres, por forma a que esta passe a estar também incumbida de acompanhar os assuntos relativos à protecção dos direitos e interesses das crianças, com vista a assegurar às mulheres e crianças o pleno gozo de todos os direitos que lhes são devidos. O respectivo procedimento administrativo ficará concluído até ao final do corrente ano de 2015.

Entretanto, a Comissão dos Assuntos das Mulheres está a definir um plano geral sobre a “Meta para o Desenvolvimento das Mulheres de Macau”. Para o efeito, definir-se-ão não só os planos de curto, médio e longo prazo para as doze áreas definidas na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, nomeadamente, da educação, saúde, economia e participação social, como também a meta para o seu desenvolvimento, incluindo as respectivas estratégias e medidas, em prol da promoção progressiva da igualdade de género.

Actualmente, pretende-se consultar junto das *stakeholders* ligados ao trabalho com mulheres, as suas opiniões sobre as necessidades das mulheres de Macau, bem como, as respectivas políticas e áreas de actuação. Após a definição do conceito de indicadores e a determinação do uso dos indicadores quantitativos, serão estabelecidos diálogos com diversas entidades e organismos.

Prevê-se concluir o referido projecto durante o ano de 2016.

Questão levantada pelo senhor deputado Lau Veng Seng

- 5. As restrições da planta de condições urbanísticas causaram perdas económicas de imóveis, que medidas de compensação ou reposição serão tomadas?**

Resposta:

Nos termos do Artigo 15.º da “Lei do Planeamento Urbanístico” que entrou em vigor a 1 de Março de 2014, os procedimentos da elaboração, execução, revisão e alteração e da emissão da Planta de Condições Urbanísticas devem estar sujeitos à consulta do parecer do Conselho do Planeamento Urbanístico.

Em relação às perdas económicas, os seus conteúdos são claramente indicados nos Artigos 53.º e 54.º da “Lei do Planeamento Urbanístico”. Acredita-se que, com certeza, cada deputado já terá tomado conhecimento.

Se os edifícios ou obras de expansão originam impacto na protecção do património cultural, no ambiente ecológico ou no estado das estradas, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes irá pedir aos respectivos serviços públicos os seus pareceres, nos termos das exigências da lei. Neste sentido, o Instituto Cultural (IC) irá apresentar os seus pontos de vista com toda a responsabilidade, nos termos do n.º 3 do Artigo 58.º da Lei do Planeamento Urbanístico, pela qual são conferidos estes poderes ao IC.

6. Com a falta de espaços para as indústrias culturais e criativas, quando é que acabam as obras das “Oficinas Navais”?

Resposta:

Relativamente ao progresso das obras de restauro das Oficinas Navais, estas terminarão durante o corrente ano. Está prevista a conclusão de instalação de todos os equipamentos em 2016, fazendo-se esforço para a inauguração das mesmas em 2017. No futuro, as Oficinas Navais, situadas na Barra, com valor histórico e humanístico vão tornar-se num espaço de exposições e espectáculos de arte contemporânea, proporcionando condições para o crescimento de arte contemporânea de Macau, servindo como plataforma para o intercâmbio entre os artistas locais e do exterior, para a venda e exposição dos produtos das indústrias culturais e criativas de Macau e, simultaneamente, proporcionando um espaço cultural e de lazer mais atraente para os habitantes e visitantes.

Através de apoio financeiro às plataformas de serviço, o Fundo das Indústrias Culturais (FIC) irá fornecer espaços de trabalho e locais de exposição às empresas de actividades culturais e criativas por um preço acessível, algumas plataformas de serviço da primeira fase de apoio financeiro irão fornecer espaços para actividades culturais e criativas com mais de 20 000 pés quadrados. Além disso, o FIC irá ainda fornecer, directamente, apoio aos projectos comerciais gerais em relação às suas despesas de operação, com o fim de diminuir a pressão de exercício das empresas de actividades culturais e criativas. Este apoio financeiro irá, de certa forma, resolver parcialmente as questões sobre a falta de locais dedicados às actividades culturais e criativas.

**7. Qual é o andamento do Regime de Avaliação do Ensino Superior?
Foram criados indicadores das capacidades para os licenciados e mestres?**

Resposta:

A promoção da garantia da qualidade do ensino superior é uma tendência para o desenvolvimento internacional do ensino superior. No intuito de aperfeiçoar o sistema do ensino superior de Macau e alcançar os critérios internacionais, o Governo da RAEM está a construir o regime de avaliação do ensino superior de Macau para aumentar constantemente o nível pedagógico, científico, de investigação e da qualidade de gestão. Nesta fase, o enquadramento do regime de avaliação do ensino superior de Macau já foi concluído e a instituição profissional encarregada também terminou a elaboração da Orientação sobre a Acreditação das Instituições do Ensino Superior, Orientação sobre a Auditoria à Qualidade das Instituições, Orientação sobre a Acreditação dos Novos Cursos e Orientação sobre a Avaliação Externa das Instituições, sendo assim possível reunir condições mais favoráveis para a futura implementação do regime de avaliação.

Durante o processo de definição do regime de avaliação, os serviços públicos relacionados têm comunicado com as instituições do ensino superior de Macau, definindo, em conjunto, critérios a partir do princípio “por base os resultados e a eficiência” para a revisão da eficiência do ensino superior. Para o efeito, o GAES encarregou também uma instituição profissional para definir os indicadores das capacidades dos vários níveis para o ensino superior de Macau. De momento, o enquadramento dos indicadores das capacidades gerais dos níveis de licenciados, mestres e doutores está elaborado. Os respectivos indicadores servirão de referencial importante para as orientações dos trabalhos

de avaliação no futuro.

Este ano, o Plano de Teste-Piloto de acreditação dos novos cursos irá ser desenvolvido para analisar a aplicabilidade e operacionalidade dos enquadramentos do regime da avaliação e respectivos documentos de orientação em Macau. O Governo continuará a comunicar, de forma estreita, com as instituições do ensino superior de Macau, no sentido de estabelecer um regime de avaliação que satisfaça as necessidades sentidas por Macau, garantindo assim o desenvolvimento estável do ensino superior.

8. Como é que se pode melhorar o nível de qualidade de cuidados de saúde em termos de medidas de licenciamento?

Resposta:

Tendo em conta os serviços de cuidados de saúde relacionados com os benefícios de saúde da população, é muito importante a profissionalização de saúde, os Serviços de Saúde aplicam sempre rigorosamente o registo da inscrição dos profissionais de saúde, de acordo com os regimes jurídicos vigentes, destinado à garantia de que os profissionais de saúde possuam as habilitações académicas exigidas para o exercício da sua função, competência profissional e nível de prática, de modo a proporcionar uma protecção eficaz da saúde da população.

Relativamente aos profissionais de saúde em regime privado, os Serviços de Saúde procederam ao regulamento expresso quanto à emissão de todos os tipos de licença, de acordo com o decreto-lei referente ao “regulamento do licenciamento para o exercício da actividade privada de prestação de cuidados de saúde”, quer dizer, os médicos, os médicos da medicina tradicional chinesa, odontologistas e enfermeiros, devem ser sujeitos à verificação documental de forma mais rigorosa. Uma parte dos profissionais de saúde, para além da verificação documental, também ter aproveitamento nas provas, para poder exercer a sua profissão em Macau. Os Serviços de Saúde procedem rigorosamente à vigilância e ao controlo do nível de cada um dos profissionais de saúde, a fim de assegurar que os profissionais de saúde possuam os conhecimentos profissionais de exercício da actividade, de modo a atingir o alvo de garantia de qualidade dos profissionais de saúde.

Para assegurar as normas de exercício da função dos profissionais de saúde e a melhoria da aceitabilidade profissional, o Governo da RAEM teve necessidade de criar um regime mais rigoroso de avaliação das habilitações profissionais, para responder às necessidades de

desenvolvimento na sociedade. Consequentemente, o Conselho para os Assuntos Médicos como uma instituição consultiva criado no mês de Agosto de 2013, começou imediatamente a desenvolver uma discussão sobre o “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde” que seja aplicável aos profissionais de saúde nas instituições privadas e públicas, incluindo a elevação de nível de habilitações académicas dos profissionais de saúde, a melhoria do regime de avaliação da qualificação e a melhoria do mecanismo de continuação de formação, as normas de emissão de licença para o exercício da actividade, bem como a definição do sistema disciplinar.

No futuro, com a entrada em vigor da proposta de lei referente ao “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde”, regulamentar-se-á o nível das habilitações dos profissionais de saúde e a qualidade dos serviços prestados. Sobre o reconhecimento de qualificação, são introduzidas as provas de qualificação e o regime de estágio, para garantir que os conhecimentos profissionais e o nível da prática dos profissionais de saúde correspondam às normas. Relativamente à renovação de licença, é introduzido o sistema de crédito de desenvolvimento profissional contínuo obrigatório, quer dizer, todos os profissionais de saúde devem corresponder às exigências de desenvolvimento profissional contínuo, para pedir a sua renovação. A definição das normas relacionadas ainda pode contribuir para a garantia da qualidade dos profissionais de saúde, de modo a elevar o nível geral de assistência médica em Macau, e atingir o objectivo do padrão internacional.

Questão levantada pelo senhor deputado Ho Ion Sang

- 9. Atendendo ao desenvolvimento monótono do turismo actual de Macau, quais são as estratégias das autoridades para explorar mais produtos caracterísitcas de turismo, divulgar marcas locais bem como explorar mais mercados turísticos para Macau?**

Resposta:

Para além de promoção dos produtos tradicionais de turismo, a DST dedica-se ainda à promoção da cultura e criatividade, itinerários de interesse especial, bem como eventos locais de entretenimento e cultura, através de diversidade dos órgãos de comunicação social, promovendo, por outro lado, os produtos turísticos destinados às famílias e mulheres. Além disso, a DST promove ainda os produtos de marcas locais de várias formas, trazendo os produtos de cultura e de criatividades de Macau para a promoção nos mercados exteriores, por exemplo, organização de loja com prazo limitado para a exibição dos produtos de cultura e de criatividades de Macau, e exposição fotográfica dos fotógrafos amadores de Macau. Mais ainda, a DST tem organizado as promoções de gastronomia de Macau nos mercados exteriores, tendo convidado também os chefes de Macau para a mostra culinária de Macau nos estrangeiros. No ano 2014, a DST convidou alguns chefes da França para intercâmbio culinária com os chefes locais em Macau, para que eles puderem criar novos pratos com característica e sabor de Macau, que serão incluídos nos pratos temáticos durante a promoção de semana de gastronomia de Macau. Ao mesmo tempo, a DST convidou também as celebridades de *bloggers* de viagens e programas televisivas mais populares de turismo para fazer reportagens sobre as lojas pequenas com características locais. Mais ainda, a DST convidou vários órgãos de comunicação social para

realizar visitas de familiarização em Macau, no sentido de visitar as comunidades locais e conhecer aprofundamente as histórias das marcas locais. No que respeito à exploração de mais mercados, a DST continuará a participar nas principais feiras de turismo a nível internacional, para manter a exposição de Macau nos mercados. A DST irá colaborar ainda com as companhias aéreas para organizar mais pacotes turísticos, bem como intensificar as cooperações regionais, com o objectivo a promover a inclusão de Macau nos itinerários múlti-destinos dos turistas ou numa das suas passagens. Além disso, atendendo a que os programas televisivos populares ajudarão para atrair os turistas na região asiática a escolherem Macau como destino turístico nos seus itinerários, assim, a DST irá convidar, de uma forma activa, os programas populares de entretenimentos, filmes e programas televisivos com actuação dos artistas mais animados nos mercados exteriores, para efectuarem filmagens em Macau, atraíndo desta forma mais turistas dos mercados exteriores a prestarem atenções pela visita em Macau.

10. Como se concretiza o plano sobre a prestação dos serviços comunitários que permitem facilitar a vida dos idosos no domicílio?

Resposta:

Orientado pelo princípio fundamental “Cuidados prestados pela família e manutenção dos idosos no domicílio”, o Governo da RAEM encontra-se a desenvolver a sua política relativamente à terceira idade. Nesta conformidade, a fim de assegurar a permanência dos idosos no domicílio e ainda o seu acesso ao apoio comunitário, o Governo da RAEM, através dos apoios prestados às instituições particulares na criação de 5 equipas de serviço de cuidados domiciliários integrados e de apoio, de 4 centros de cuidados especiais para idosos e de 1 equipa de cuidados domiciliários disponíveis durante 24 horas por dia, disponibiliza aos idosos necessitados, serviços como a entrega de refeições, cuidados pessoais, limpeza de habitação, cuidados médicos e de enfermagem, treinos de reabilitação, acompanhamento na ida a consultas médicas, apoio na aquisição de bens, cuidados de enfermagem durante o dia e a avaliação ambiental. É de referir ainda os serviços de apoio prestados por 7 centros de dia para idosos aos cuidadores de idosos, com vista a atenuar a pressão a que estes últimos se encontram sujeitos.

Para além do exposto, o Governo da RAEM continua a apoiar as instituições para idosos a organizar diversas actividades sociais, recreativas e educativas, bem como programas de serviços voluntários, no sentido de incentivar a participação activa dos idosos nas actividades sociais e, assim, enriquecer a sua vida pós-aposentação.

Questão levantada pela senhora deputada Chan Hong

11. O que trata a concepção da “Aldeia das escolas”? O Governo pode apresentá-la?

Resposta:

- A concepção principal da “Aldeia das escolas” envolve um planeamento conjunto das escolas para dar resposta às diversas necessidades dos alunos e em termos de instalações que apoiam as actividades educacionais das comunidades, de modo a optimizá-las, para benefício mútuo e uso comum, como por exemplo abrindo algumas instalações desportivas, nos tempos livres à comunidade para serem usadas pelos cidadãos, de modo a chegar ao objectivo de maximização de uso dos preciosos terrenos de Macau, representando os princípios de excelência geral e de uso intensivo dos terrenos, apresentados pela equipa profissional do planeamento da Zona A.
- O desenvolvimento da “Aldeia das escolas” irá seguir os seguintes princípios: primeiro, ter em conta o ordenamento global do sistema escolar do ensino não superior de Macau, considerando também as necessidades de desenvolvimento das vagas escolares da zona; segundo, analisar, profundamente, a envergadura da futura demografia da zona, esforçando-se, ao mesmo tempo, por reduzir a pressão global de transporte; terceiro, em articulação com o processo de desenvolvimento da zona A, estimular o governo da RAEM e os diversos sectores da sociedade para uma participação conjunta na construção das instalações educativas na zona, por um lado, envolvendo as funções das escolas existentes, por outro lado, tendo em conta as necessidades do futuro desenvolvimento.

12. Terapia para alunos: actualmente, a maioria dos funcionários não sabe como utilizar os dispositivos de assistência, como resolver este problema?

Resposta:

No domínios do Ensino não Superior :

- O Fundo de Acção Social Escolar tem subsidiado, com entusiasmo, os alunos na aquisição dos dispositivos de assistência necessários para a aprendizagem, tais como: aparelhos auditivos, cadeira de rodas electrónica e equipamento de leitura, entre outros, a fim de apoiar os alunos a superarem os obstáculos encontrados durante o processo de aprendizagem, utilizando-os de acordo com as orientações dos fornecedores; a sala de recursos de dispositivos de assistência que se situa na biblioteca do Centro de Apoio Psico-Pedagógico e Ensino Especial da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) disponibiliza o serviço de cedência dos dispositivos de assistência aos alunos, encarregados de educação, docentes e pessoal de aconselhamento e de terapia, sendo cada dispositivo identificado com a designação, apresentação de funções e instruções de utilização e no caso de os utentes não saberem como utilizá-los, o centro irá disponibilizar pessoal para prestar os esclarecimentos necessários e ensinar aos utentes como utilizá-los.
- Para reforçar nos alunos a capacidade de utilização dos dispositivos de assistência, os respectivos docentes ou pessoal de terapia das escolas ensinam-lhes, também, como utilizá-los; em relação aos dispositivos de assistência que são de modelo novo ou necessitem de técnica especial para serem utilizados, as escolas convidam os

peritos locais ou de regiões vizinhas para ensinar aos encarregados de educação, docentes e alunos as técnicas de uso dos respectivos dispositivos.

- No caso dos docentes e funcionários das escolas não saberem utilizar os dispositivos adquiridos, para além de poderem solicitar ajuda juntos das instituições profissionais fornecedoras, podem também inquirir o pessoal de apoio itinerante da DSEJ acerca do modo de operação dos dispositivos.
- A DSEJ encontra-se a contactar as associações particulares para a criação de um centro de recursos de dispositivos de assistência, por forma a prestar serviço de cedência de dispositivos gratuito aos alunos com necessidades. No caso da criação do centro, o seu pessoal profissional poderá também orientar os utentes, incluindo docentes, encarregados de educação e alunos, na aquisição das técnicas de uso dos dispositivos.

No domínio da Saúde :

Relativamente à triagem auditiva dos recém-nascidos, os Serviços de Saúde adoptaram em princípio a despistagem precoce aos recém-nascidos. Os respectivos profissionais de saúde dispõem capacidade profissional suficiente para proporcionar serviços de exame e tratamento. Concomitantemente, estes submetem-se continuamente à formação profissional, reforçando a capacidade de identificação de crianças com distúrbios auditivos, protegendo ainda mais a saúde dos recém-nascidos.

A par disso, os Serviços de Saúde prestam toda a atenção aos serviços médicos precoces proporcionados às crianças, e dado que a intervenção precoce tem um bom efeito no tratamento, neste contexto,

estes Serviços adoptam a medida de despistagem geral e a identificação precoce de crianças com perturbações no seu desenvolvimento, assegurando o tratamento oportuno. Actualmente, os Serviços de Saúde dispõem de um mecanismo completo de acompanhamento e de visita, e mediante a estreita colaboração entre o Centro Hospitalar Conde de São Januário e os Centros de Saúde, realizam o diagnóstico atempado dos casos com problemas, encaminhando as crianças com necessidades para as respectivas entidades para tratamento.

Questão levantada pelo senhor deputado Chan Meng Kam

13. Deve-se reforçar a formação dos guias turísticos a nível do conhecimento de línguas estrangeiras para dar o bom acolhimento aos turistas internacionais?

Resposta:

Encontra-se actualmente registado em Macau um total de 1.831 guias turísticos, e dentro desses guias titulados, apesar da maioria deles serem falantes de língua chinesa (mandarim e cantonense), 475 fazem acompanhamento em línguas estrangeiras e parte deles dominam simultaneamente dois ou três idiomas estrangeiros, encontrando-se, em separado, disponíveis no mercado 266 guias que fazem acompanhamento em língua inglesa, 123 em língua japonesa, 56 em língua coreana, 27 em língua tailandesa, 6 em língua francesa, 4 em língua indonésia e outros 4 em língua russa, 3 em língua portuguesa, 1 em língua espanhola e ainda 1 em língua alemã. De acordo com a regulamentação em vigor, o acréscimo de uma língua adicional no cartão de guia turístico com que o seu titular pode usar para fazer o acompanhamento, é necessária a obtenção do reconhecimento do Instituto de Formação Turística (IFT) quanto à qualificação do conhecimento da respectiva língua pelo guia turístico. Do mesmo modo, a habilitação académica obtida fora de Macau também tem de ser objecto de reconhecimento pelo IFT para que seja aceite pelo serviço licenciador.

Para possibilitar aos guias turísticos licenciados oferecer serviços de qualidade, a DST organizou acções de formação, a saber, “Atendimento a Clientes e Ética no Trabalho” e “Gestão de Crises – para Guias

Turísticos”. Estas acções de formação visam elevar o nível da qualidade dos serviços e da capacidade de recepção dos visitantes oriundos dos diferentes países do mundo.

O Instituto de Formação Turística ministra regularmente uma série de cursos de língua estrangeira, e os guias turísticos podem optar por estudar no IFT ou noutras entidades de ensino, de acordo com o seu nível de conhecimentos da respectiva língua e de acordo com o seu horário disponível; esses guias turísticos poderão ser depois submetidos ao exame de língua para guias turísticos no IFT, para obtenção da respectiva licença.

Questão levantada pela senhora deputada Lei Cheng I

14. Macau tem-se transformado como um centro de turismo internacional de entretenimento e lazer, posicionando-se, também, ao mesmo tempo, no rumo do desenvolvimento da construção de uma cidade aprazível para viver, mas com tão grande número de visitantes e trabalhadores não residentes, a sua capacidade de acolhimento está a sofrer uma grande pressão. Nesta óptica, o Governo lançou medidas de triagem e os Roteiros Turísticos “Sentir Macau passo-a-passo”, mas isso não consegue resolver os problemas existentes; simultaneamente, o projecto de revitalização, lançado pelo Governo, tem por objectivo impulsionar a economia daquela zona. Critico as referidas medidas porque criam diversas contradições em relação à concepção da construção de uma cidade aprazível para viver. Quais são as medidas que o Senhor Secretário vai adoptar para equilibrar o turismo e a vida quotidiana, destas duas vertentes? Quando será anunciado o “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”?

Resposta:

A indústria turística é uma das mais importantes indústrias de Macau, o Governo da RAEM expressa as boas-vindas a todos os visitantes que vêm consumir e visitam Macau, a par disso, apercebeu-se, também, quanto ao desenvolvimento da indústria turística, que deve manter a qualidade de vida dos residentes, esperando, deste modo, conseguir encontrar um equilíbrio para ambas as partes. A Direcção dos Serviços de Turismo (DST) tem realizado, continuamente, a análise e avaliação dos

problemas da capacidade de acolhimento, e à DST, também, tem servido de referência uma série de estudos realizados pelo Instituto de Formação Turística sobre a “Capacidade de Recepção Turística em Macau”, e tendo em consideração a capacidade de acolhimento turístico em geral e, em particular, o acolhimento de turistas durante os períodos de festivos, foi reforçada a cooperação com os serviços intervenientes, a fim de se realizarem os trabalhos relacionados com o aperfeiçoamento do ambiente turístico e das instalações complementares, bem como, também, para efectuar, da melhor forma, os trabalhos relacionados com a distribuição de visitantes pelos vários postos fronteiriços e pelos diferentes pontos turísticos, a troca de informações e o escoamento do trânsito, entre outros; assim, e tendo em atenção as necessidades dos residentes e dos visitantes, pretende-se de diferentes formas transformar Macau numa cidade propícia para nos movimentarmos, propícia para viajar, propícia para recreio, propícia para trabalhar e propícia para viver. Em resposta às capacidades de acolhimento nos diferentes bairros comunitários, o Governo da RAEM tendo em atenção as reacções dos diferentes tipos de visitantes e dos mercados turísticos, ajustou e melhorou o “Plano de Turismo Comunitário”. Com o objectivo de otimizar, continuamente, os equipamentos de apoio ao longo dos roteiros turísticos, através da cooperação com os serviços interdepartamentais, foram impulsionadas e melhoradas as sinalizações dos arruamentos e do ambiente pedonal, para beneficiar tanto residentes como visitantes. A DST para conhecer as preocupações dos residentes e comerciantes, antes de ter lançado os novos roteiros turísticos, em Maio de 2014, realizou sessões de esclarecimento para pesquisa das opiniões da comunidade sobre os novos roteiros turísticos adicionais “Sentir Macau passo-a-passo”; tendo, ainda,

contratado uma empresa de consultoria para fazer uma sondagem de opinião à população, opiniões estas que servirão de referência, para a DST, realizar ajustamentos e melhoramentos do plano. Os resultados da pesquisa de opinião à comunidade sobre os novos roteiros turísticos adicionais “Sentir Macau passo-a-passo”, bem como o nível de apoio demonstrado pelos inquiridos foram acima da média.

No que ao “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, diz respeito, a DST partindo do nível geral, apresenta o plano de desenvolvimento turístico de curto, médio e longo prazo, para construir um plano de trabalho abrangente e global para a indústria turística e para os serviços de turismo. O concurso público deste Plano foi aberto no princípio do ano de 2015, encontrando-se, actualmente, na fase de análise das propostas, prevendo-se que os referidos trabalhos, do Plano, se iniciarão no segundo semestre de 2015, sendo o calendário de trabalho de cerca de 24 meses. Estima-se que o plano final esteja concluído em 2017.

15. Relativamente aos serviços médicos comunitários, estes têm vindo a depender da mão-de-obra não residente e sendo negligenciado os trabalhos de formação de pessoal no âmbito de medicina, enfermagem e reabilitação. Neste contexto, a Autoridade tem conhecimento de todos os dados de procura de recursos humanos e ainda não existe um mecanismo de saída de mão-de-obra, levando à inexistência de um espaço para o desenvolvimento e acessibilidade da equipa de profissionais local. Então, quais são as medidas de melhoria e o programa de formação local que a Autoridade vai preconizar?

Resposta:

No domínio da Saúde :

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem vindo a dar importância ao desenvolvimento profissional dos profissionais de saúde locais, realizando separadamente a revisão no ano de 2009 dos regimes das carreiras de médicos e enfermagem, respectivamente, o que facilita a estabilidade da equipa de funcionários públicos. Posteriormente, publicou sucessivamente 16 diplomas relacionados com os Regulamentos Administrativos e os despachos complementares e criou as Comissões para a Equiparação de habilitações das áreas relacionadas, bem como em Março de 2015 publicou o Regulamento Administrativo complementar referente às condições para a obtenção de graduação em consultor, assegurando o acesso dos médicos.

No que concerne à formação especializada dos médicos, que para além da revisão quanto à definição das áreas profissionais de especialização e da duração dos estágios dos internatos complementares, uniformizando a duração do internato complementar de cada

especialização por seis anos, os Serviços de Saúde planeiam formar nos próximos cinco anos 275 médicos especialistas, 65 dos quais já iniciaram o internato complementar em 2014, prevendo-se a abertura anual do internato complementar para os restantes médicos.

Com o intuito de coordenar com o desenvolvimento da sociedade e a necessidade contínua de médicos especialistas, os Serviços de Saúde encontram-se a elaborar o mecanismo de regresso de talentos do exterior a Macau, e mediante a adopção de novas medidas para atrair os profissionais de saúde locais a fim de prestar serviços, em consonância com a política do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para a constituição de um mecanismo de talentos com efeitos a longo prazo.

Concomitantemente, face à conclusão das diversas infra-estruturas de saúde nos próximos anos, os Serviços de Saúde complementam continuamente o programa de recursos humanos, assim como através de diferentes formas, intensificam a formação de pessoal de médicos especialistas locais.

Em 2014, nos Serviços de Saúde o número total de médicos ascende a 458, dos quais 78 são médicos recrutados ao exterior, ou seja, representam 17% da sua totalidade. Como os médicos recrutados ao exterior desempenham a função de orientação na clínica, neste contexto, o Centro Hospitalar Conde de São Januário vai manter uma certa proporção de médicos recrutados ao exterior. Para além da concretização quanto à formação de 275 médicos especialistas dentro dos cinco anos, os Serviços de Saúde encontram-se a avaliar a situação concreta da sociedade, planeando a organização dos respectivos recursos humanos, bem como através da formação activa local, recrutando talentos especialistas ao

exterior para apoiar a transição e o trabalho de orientação, fazendo bem o trabalho de organização de pessoal, com vista ao melhoramento quanto ao fornecimento de serviços.

Instituto Politécnico de Macau:

O IPM tem-se esforçado para formar talentos locais das áreas de apoio médico e de enfermagem, utilizando todos os seus recursos para realização desses trabalhos. Esse Instituto tem-se dedicado à formação de talentos locais através de alguns dos seus Cursos de Especialização, como por exemplo, o “Curso de Licenciatura em Ciências Bio-Médicas, variante em Técnicas Farmacêuticas”, o “Curso de Licenciatura em Ciências Bio-Médicas, variante em Técnicas de Análises”, e o “Curso de Licenciatura em Enfermagem”, etc. No número dos alunos que frequentam os primeiros dois Cursos, os alunos locais alcançam uma percentagem de mais de 85%. E, nos alunos que frequentam o último Curso, essa percentagem é de 100%.

Questão levantada pelo senhor deputado Chui Sai Cheong

16. Qual é o andamento de construção do “Centro prático de ensino técnico-profissional” e “Centro de formação de línguas”?

Resposta:

- Os trabalhos preparativos para a construção do centro prático de ensino técnico-profissional e do centro de formação de línguas, no Lote CN6a, em Seac Pai Van, estão a ser gradualmente promovidos. Serão concluídos, em 2015, o planeamento do curso de formação, projectos e actividades práticas de ensino técnico-profissional, no centro prático de ensino técnico-profissional, estando em negociação com as instituições cooperantes, a organização dos programas de formação e actividades, competindo ao centro de formação de línguas organizar as actividades de convívio de língua portuguesa, inglesa e mandarim e acção de formação de línguas, sendo também concluído, em 2015, o planeamento do funcionamento dos cursos das actividades de convívio.
- Após receber o novo parecer sobre as condições de planeamento emitido, em Dezembro de 2014, pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a DSEJ encontra-se agora em conversação com a empresa de concepção e os respectivos serviços, acerca da concretização do projecto de concepção dos dois centros.

Questão levantada pelo senhor deputado Au Kam San

17. Questão da saúde: A obra de 10 mil milhões de patacas referente ao “Projecto de saúde para os próximos dez anos” vai ser concretizada? De acordo com as informações analisadas, até ao ano de 2017 vão ser concluídas as obras da 1ª e 2ª. fases e até ao ano de 2019, vai ser concluída a obra da 3ª fase. O orçamento é indefinido, não há um prazo de concretização, neste contexto queria perguntar o Senhor Secretário sobre quando é que a obra pode ser concluída? Qual é o valor do orçamento necessário para a conclusão da obra? As despesas despendidas pelos Serviços de Saúde já subiram 5 vezes, e no futuro vão ser concluídos sucessivamente o novo hospital e os centros de saúde, então queria saber como vai ser utilizado o erário? Existe controlo dos recursos financeiros?

Resposta:

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau dedica-se a impulsionar o desenvolvimento dos cuidados de saúde e mediante a concretização contínua e implementação da construção dos edifícios do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do sistema de saúde, eleva continuamente a capacidade de tratamento de doenças e o nível de cuidados de saúde. O novo edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário entrou em funcionamento em Outubro de 2013. A par disso, o Centro de Saúde Nossa Senhora do Carmo – Lago e o Centro de Recuperação das Doenças Infecciosas no Alto Montanha de Coloane vão ser concluídos em 2015, que por vez melhora ainda mais o fornecimento dos serviços do sistema de cuidados de saúde.

O ano de 2015 reveste-se num período intensivo de construção do hardware em saúde, incluindo a obra de construção da fundação por estacas do Instituto de Enfermagem do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e do Edifício Residencial do pessoal que tem início em Maio. A obra de construção da fundação do edifício de serviços logísticos e do edifício de administração e multi-serviços vai iniciar-se em Dezembro. A obra de construção do hospital de reabilitação em Ká-Ó, do novo Centro de Saúde de São Lourenço e do Posto de Saúde de Coloane vai iniciar-se ordenadamente em consonância com o programa.

Relativamente ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, através de diversos trabalhos antecipados realizados, nomeadamente o projecto da obra foi aprovado condicionalmente, os procedimentos de apreciação e verificação da planta, o concurso público da obra de construção da fundação por estacas, o trabalho de avaliação das propostas, o trabalho de instalação da placa com estria para drenagem, a obra de empilhamento e o relatório de protecção ambiental, entre outros, prevendo-se a conclusão do trabalho de concepção do projecto no terceiro trimestre de 2015, e só nessa altura é que possível efectuar uma estimativa exacta do orçamento de construção.

No que concerne ao progresso da obra, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas encontra-se em fase de concepção da planta e tratamento da base e o progresso da obra vai seguir a situação concreta da execução da obra e as opiniões dos consultores do planeamento médico, e para adaptar o futuro desenvolvimento da saúde, foram aditadas diversas funções de serviços, assim como proporcionados ainda mais espaços para o bloco operatório, prevendo-se que a actual fase do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas entre em funcionamento no ano de 2019. Relativamente ao controlo da obra, a Comissão de Acompanhamento

da Rede de Infra-estruturas do Sistema de saúde vai proceder de uma forma geral à coordenação, acompanhamento e avaliação do investimento público do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do sistema de saúde.

No que concerne às despesas dos Serviços de Saúde, o orçamento financeiro denota uma tendência de crescimento contínuo, resultante sobretudo do aumento de pessoal, das despesas de medicamentos, do alargamento da colaboração com as entidades médicas particulares sem fins lucrativos, entre outros. Na estrutura das despesas do orçamento financeiro dos Serviços de Saúde do ano de 2014, cerca de 40% pertence ao pessoal, 20% aos medicamentos e cerca de 10% à aquisição de serviços, e em comparação com o ano de 2009, as despesas praticamente duplicaram.

Relativamente às despesas de pessoal, o número total de trabalhadores dos Serviços de Saúde subiu de 2.064 em 1999 para 2.602 em 2008 e 3.437 em 2014. E fazendo uma comparação com o ano de 1999, o número total de trabalhadores aumentou 1.373, representando um aumento na ordem de 65%. Para além do acréscimo do número de trabalhadores, o índice salarial da função pública passou de 50 patacas em 1999 para 59 patacas em 2008 e 74 patacas em 2014, pelo que o orçamento anual referente ao pessoal registou um agravamento.

Concomitantemente, os Serviços de Saúde no ano de 2014, cerca de 40% de despesas referentes ao pessoal que comparado com as despesas de pessoal de Hong Kong são 85% mais baixas. Relativamente aos medicamentos, as despesas específicas no ano de 2014 são de 1.016.000.000 (1016 milhões) configurando 8 vezes mais do que o ano de 1999 de 117.000.000 (117 milhões) e 2 vezes mais do que o ano de 2008 de 350.000.000 (350 milhões), derivado essencialmente do aumento da

procura de serviços e da subida do preços dos medicamentos, entre outros. Nos últimos anos, com o intuito de reforçar a colaboração com as entidades médicas particulares sem fins lucrativos, e desenvolver os recursos médicos comunitários, os subsídios anuais atribuídos pelos Serviços de Saúde às entidades médicas não públicas têm vindo a aumentar, sendo o valor total do subsídio de 2014 de 653.000.000 (653 milhões) que comparado com o ano de 2008 de 215.000.000 (215 milhões) aumentou 438.000.000 (438 milhões), registando-se um aumento para o dobro.

	1999	2008	2014	Comparação entre 99/14	Comparação entre 08/14
Pessoal	651 milhões	986 milhões	2014 milhões	+209.6%	+104.3%
Medicamentos	117 milhões	350 milhões	1016 milhões	+768.4%	+190.0%
Subsídio	154 milhões	215 milhões	653 milhões	+324.0%	+203.7%
Despesas totais efectivas	1830 milhões	2120 milhões	4910 milhões	+168.3%	+131.6%

Questão levantada pelo senhor deputado Ma Chi Seng

18. Melhoria da aplicação para telemóveis do Instituto do Desporto?

Resposta:

Em Janeiro do corrente ano, o Instituto do Desporto lançou oficialmente a aplicação para telemóveis, servindo como instrumento de auxílio ao seu website. Desde o lançamento do programa informático tem sido bem acolhido pelos cidadãos. Uma vez que o programa foi lançado recentemente, estando, neste momento, a recolher junto dos utentes as opiniões sobre a aplicação para telemóveis, o ID procederá à revisão regular do referido programa informático e segundo as opiniões de utilizadores, irá introduzir melhorias e enriquecer o conteúdo do programa.

19. Qual é a situação de execução das políticas de juventude? É necessário rever e avaliar, oportunamente, a sua eficiência?

Resposta:

- A Política de Juventude de Macau (2012-2020), promulgada e implementada em Dezembro de 2013, foi concretizada, principalmente, por dois meios: primeiro, foi posto em prática o trabalho de criação do mecanismo de promoção e revisão, definido na Política de Juventude de Macau, incluindo, concretamente, a criação de um mecanismo de coordenação interdepartamental, criação de um quadro geral de revisão básica da eficiência das políticas e reforço de divulgação das políticas e das informações dos jovens; segundo, dar prioridade à concretização dos diversos trabalhos relativos à governação, incluindo a promoção dos trabalhos voluntários, formação de talentos e saúde mental e física, no sentido de fomentar o desenvolvimento integral dos jovens.
- Nos termos da concepção do mecanismo de revisão definido pela Política de Juventude de Macau, será implementada, em 2016, a respectiva revisão intercalar, pelo que a Administração encomendou, no final de 2013, à equipa de estudo académico do Instituto Politécnico de Macau, a realização do “Estudo dos indicadores de avaliação das políticas de juventude”, cujo texto preliminar do relatório foi entregue e submetido à discussão das reuniões da comissão especializada de “Política de Juventude de Macau” do Conselho de Juventude. De acordo com o conteúdo do respectivo relatório, será definido o quadro geral básico de revisão conforme o rumo das quatro políticas fundamentais da “Política de Juventude de Macau” que servem como instrumento para futura ponderação da

eficiência de implementação das políticas. A equipa de estudo encontra-se a alterar e otimizar, ainda mais, o conteúdo do relatório. Para além disso, a Administração pretende, ao mesmo tempo, projectar o modo de concretização do programa do quadro geral de revisão.

Questão levantada pela senhora deputada Leong On Kei

20. Quando é que será lançada a Plataforma Electrónica com Informações de Turismo? Quais serão as funções? Quando é que estará disponível para promover?

Resposta:

O projecto da plataforma, foi criado no corrente ano e está previsto o seu lançamento de forma faseada a partir do final de 2016. As suas funções envolvem três aspectos principais incluindo, criar uma plataforma para que a comunicação social de todo o mundo consiga encontrar informações sobre o turismo de Macau, criar uma base de dados de comunicação social de turismo a nível mundial e criar uma base de informações sobre notícias de turismo de Macau. Ao mesmo tempo, esta plataforma servirá também para os operadores turísticos locais e os representantes da Direcção dos Serviços de Turismo no exterior, providenciarem informações sobre actividades empresariais e novas infraestruturas, entre outros. Através da reunião de informações de vários locais nesta plataforma, pretende-se, além do fornecimento de informações à comunicação social, conseguir também gerar oportunidades empresariais para a indústria turística, beneficiando assim a divulgação e promoção, bem como a criação de oportunidades de negócios.

Questão levantada pelo senhor deputado Sio Chi Wai

21. Face aos problemas da capacidade de acolhimento de turistas em Macau, a degradação da qualidade de vida da população, a mudança do mercado turístico no Interior da China, o surgimento dos novos mercados turísticos nas regiões vizinhas e outros desafios em diferentes vertentes, quais são entretanto, as ideias específicas do Governo em relação ao lançamento dos novos pontos turísticos e a novos projectos? Como se poderá continuar a melhorar os suportes de *software* e *hardware* em Macau?

Resposta:

A longo dos últimos anos, o Governo da RAEM, através dos vários grupos de trabalhos interdepartamentais, foram impulsionados o melhoramento dos projectos de planeamento da Zona Fulcral do Património Mundial e as instalações dos vários postos fronteiriços (Portas do Cerco, Terminal Marítimo do Porto Exterior e Novo Terminal Marítimo na Taipa), das zonas envolventes do Centro Modal de Transportes da Barra e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, para terem em conta as necessidades dos residentes e dos visitantes. Com a conclusão sucessiva e a entrada em funcionamento do Novo Terminal Marítimo na Taipa, das instalações dos postos fronteiriços, do sistema de Metro Ligeiro, esperamos que a pressão da circulação dos visitantes nos postos fronteiriços e a situação do tráfego melhorará progressivamente. Ao mesmo tempo, a Direcção dos Serviços de Turismo está a prestar grande atenção aos resultados concretos sobre as mudanças nos mercados turísticos, após a avaliação da mudança da referida estrutura, iremos

ajustar os recursos promocionais aos mercados e às regiões ainda não desenvolvidos, para manter um ajuste moderado do número de visitantes do Interior da China. Desde a década de 90, do século passado, que os serviços de turismo de Guangdong, Hong Kong e Macau lançaram vários projectos de trabalhos relacionados com os produtos turísticos da Região do Delta do Rio da Pérolas, com o objectivo de aumentar o desenvolvimento da cooperação saudável e atrair mais visitantes provenientes do Interior da China e do exterior. Face aos novos projectos dos parques temáticos e dos barcos de recreio, entre outros, lançados pelos recentes mercados turísticos vizinhos, nomeadamente de Zhuhai/Zhongshan, da parte da DST tem havido, como sempre, uma comunicação mútua e complementaridade de recursos com os serviços de turismo das outras partes, através de acordos de cooperação entre os serviços de turismo de Guangdong, Hong Kong e Macau / Zhongshan, Zhuhai e Macau, e estudado o desenvolvimento dos roteiros turísticos regionais e incentivar para o sector turístico promover a venda desses produtos.

22. A respeito dos serviços de apoio a idosos, refere-se que deve ser reforçado o apoio comunitário, nomeadamente, o serviço urgente de teleassistência doméstica, serviços de enfermagem durante o dia, serviço de apoio ao domicílio, etc. Face à escassez de recursos humanos, ou seja, existir uma proporção de 3,4 enfermeiros para cada 1000 pessoas, é de referir que irão ser contratados mais de 500 profissionais de saúde para integrarem o sistema de saúde do Governo, dos quais 73% corresponde a pessoal de enfermagem. Sobre o exposto, as instituições de serviço social estão apreensivas quanto à questão de perda do seu pessoal. Neste contexto, como é que a Administração poderá actuar de forma a apoiar as instituições de serviço social a garantirem a quantidade e qualidade do pessoal de enfermagem?

Resposta:

No domínio da Acção Social :

“Criar um sentimento de segurança, de pertença e de utilidade para a população sénior” é um objectivo básico que o Governo da RAEM pretende seguir na política para os idosos, pelo que, o apoio comunitário irá passar a ser o suporte principal dos serviços de apoio a idosos.

Para o efeito, o Governo da RAEM vai reforçar a prestação de vários serviços fundamentais que visam apoiar as pessoas idosas de saúde debilitada, bem como, as pessoas com demência senil e suas famílias, designadamente, os cuidados de enfermagem individualizados, serviços de cuidados domiciliários integrados e de apoio, cuidados e apoio para a manutenção dos idosos no domicílio. Relativamente aos serviços dos lares, é de referir que os lares de idosos a serem criados no seio dos novos equipamentos sociais no período de 2015 a 2017, irão permitir que o

número de vagas nos lares tenha um acréscimo de 771, o que atenuará a insuficiência actualmente sentida nos serviços dos lares.

No tocante à questão dos recursos humanos, particularmente, da rotatividade dos trabalhadores das instituições de serviço social e, em especial, do pessoal de enfermagem e dos enfermeiros, refere-se que, em 2012, o Instituto de Acção Social, tendo em conta o princípio da não afectação do emprego dos enfermeiros locais e das suas condições de trabalho, elaborou em colaboração com os departamentos relacionados, a proposta relativa à importação temporária de enfermeiros não residentes pelos equipamentos sociais. Em conformidade com o exposto, da referida proposta constam os critérios de aprovação, fiscalização diária e o mecanismo de despedimento, de maneira a assegurar que os utentes dos serviços possam beneficiar de cuidados de enfermagem e que os vencimentos e outras regalias dos enfermeiros locais não sejam afectados.

Entre 2010 e 2014, o Instituto de Acção Social e as instituições de educação local, ministraram 4 edições do curso de prestação de cuidados para a manutenção de saúde com a atribuição de certificado, as quais conduziram à formação de um total aproximado de 100 cuidadores de saúde que permitiram apoiar ou aliviar a pressão sentida pelos enfermeiros activos dos equipamentos sociais na prestação de cuidados.

O Instituto de Acção Social irá lançar em Julho do corrente ano, um novo regime de subsídio regular, por forma a que as instituições possam ter mais recursos que lhes permitam melhorar os seus serviços e as regalias a conceder ao seu pessoal, bem como manter os talentos nas suas instituições.

No domínio da Saúde :

Entre os 529 trabalhadores que se pretendem contratar pelos Serviços de Saúde no ano de 2015, 70% são profissionais de saúde. Actualmente, foram iniciados 23 novos

procedimentos de recrutamento, abrangendo 188 vagas de enfermeiro, 28 de farmacêutico (estagiário), 23 de técnico superior de saúde (estagiário), 96 de auxiliar de enfermagem, perfazendo um total de 430 vagas.

Em relação à abertura de concurso de 188 vagas para o preenchimento de enfermeiro de grau I, de acordo com as informações do Instituto de Enfermagem Kiang Wu e Instituto Politécnico de Macau, registar-se-ão cerca de 120 finalistas em Enfermagem no ano de 2015, prevendo-se que os mesmos possam preencher as vagas no mercado privado no ano corrente. Até ao final de 2014, acumulou-se um total de 970 enfermeiros que exercem funções no mercado privado no Território, portanto, os enfermeiros que se pretendem contratar do mercado privado serão apenas por volta de 7%.

Em conformidade com os dados actualizados, registou-se 3,1 enfermeiros por cada mil habitantes em 2014, em comparação com a média global de 2,9 enfermeiros por mil habitantes em 2013, evidenciando-se uma subida ligeira do nível médio global do respectivo rácio em Macau.

No que concerne ao pessoal de enfermagem nas instituições de serviços sociais, já se estabeleceram as quotas para o recrutamento de pessoal de enfermagem do exterior, bem como o mecanismo de saída do respectivo pessoal.

No que diz respeito aos profissionais que exercem actividades de prestação de cuidados de saúde em regime privado, através do Decreto-Lei que “Regula o licenciamento para o exercício da actividade privada de prestação de cuidados

de saúde” e demais diplomas, os Serviços de Saúde procedem expressamente à regulamentação quanto ao licenciamento de diferentes profissões, tais como médico, médico de medicina tradicional chinesa, médico dentista, enfermeiro, etc., devendo os mesmos ser submetidos à rigorosa apreciação e avaliação documental. Para o exercício da actividade em Macau, alguns profissionais de saúde para além de necessitar de preencher os requisitos na habilitação académica, são obrigatoriamente aprovados no exame. Os Serviços de Saúde efectuem de forma rigorosa a supervisão do nível de cada profissional de saúde, de maneira a assegurar que possua os conhecimentos profissionais a que se exigem na respectiva profissão, tendo por finalidade garantir a qualidade dos profissionais de saúde no Território.

Questão levantada pelo senhor deputado Tong Io Cheng

23. Que ideias têm as autoridades sobre o rumo do ensino superior?

No âmbito do ensino superior, fizeram alguma análise de comparação com as estatísticas das outras regiões em relação às despesas? Qual é o rácio entre o investimento e a produção do ensino superior? Só com o conhecimento dos respectivos aspectos é que se pode ter uma previsão e decisão para o desenvolvimento do futuro.

Resposta:

De acordo com os relatórios anuais apresentados à Administração pelas instituições do ensino superior, tomamos conhecimento dos custos *per capita* dos estudantes das mesmas instituições (públicas e privadas – entre 50,000 e 180,000) e, em comparação com as instituições do ensino superior dos outros países ou regiões desenvolvidos, temos o seguinte mapa:

	Custo <i>per capita</i> dos estudantes nos anos lectivos (MOP)
Universidade de Macau	180,000
Instituto Politécnico de Macau	130,000
Instituto de Formação Turística	90,000
EUA	210,000
Japão	130,000
Reino Unido	130,000
Média dos países membros da OCDE	110,000

Hong Kong	240,000
Taiwan	130,000

O Governo da RAEM está a proceder, de forma activa, aos trabalhos de planeamento do desenvolvimento do ensino superior a médio e longo prazo, tomando como referência as experiências das outras regiões, durante o processo de planeamento em causa, e combinando a actualidade de Macau para definir os diversos indicadores adequados, incluindo os indicadores do investimento e produção do ensino superior, com o objectivo de testar o nível de desenvolvimento do ensino superior de Macau. Espera-se que através destes trabalhos de planeamento, se assegure o desenvolvimento constante e saudável do ensino superior de Macau.

24. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, é necessário aumentar o investimento na educação jurídica, caso contrário, o sistema jurídico local vai tornar-se insustentável.

Resposta:

Ao longo dos anos, o Governo da RAEM tem apoiado as instituições do ensino superior de Macau na criação de cursos respeitantes à área jurídica. No início do estabelecimento da RAEM, o número dos respectivos cursos era de apenas 13, mas até ao ano lectivo 14/15, o número dos cursos relativos à área jurídica em funcionamento aumentou para 24; quanto ao número dos estudantes, aumentou de 900, no início do estabelecimento da RAEM, para mais de 1,700 estudantes até ao ano lectivo 14/15. Isto representa um grande desenvolvimento, quer no número dos cursos quer no volume de estudantes no âmbito dos cursos locais relativos à área jurídica.

A Faculdade de Direito da UM, além de ter o curso de licenciatura em Direito em Língua Chinesa e o curso de licenciatura em Direito em Língua Portuguesa, começou a ministrar, desde o ano lectivo de 2014/2015, um novo curso bilingue, de licenciatura em Direito, leccionado em chinês e português, com duração de cinco anos, a fim de aprofundar o conhecimento jurídico e o conhecimento da língua portuguesa dos alunos. No ano lectivo de 2011/2012, a Faculdade de Direito da UM disponibilizou, no âmbito da educação holística, novas disciplinas opcionais de português e mais vagas para estas disciplinas.

No futuro, o Governo da RAEM continuará a apoiar e a estimular as instituições para a criação de cursos de diferentes tipos respeitantes à área jurídica, no sentido de formar mais quadros qualificados na área.

25. Sendo que os filhos dos residentes de Macau são beneficiários das facilidades no acesso escolar e no prosseguimento de estudos, facultadas pelas autoridades de Zhuhai, como irá o Governo avaliar esta influência em relação às fontes de recrutamento de alunos das escolas secundárias e primárias de Macau?

Resposta:

- Há dias, o responsável da Comissão Administrativa da Nova Zona de Hengqin disse que pretendia prestar a escolaridade obrigatória aos filhos dos residentes de Macau que moram e trabalham em Hengqin, estudando a possibilidade de não cobrar as despesas aos alunos que frequentam as escolas oficiais dos ensinos primário, secundário geral e complementar de Hengqin, prevendo-se que as respectivas medidas educativas sejam implementadas no prazo de seis meses; para além disso, com base em formas bem sucedidas de criação, gestão escolar e em conceitos educacionais aplicados pela província de Guangdong e regiões de Hong Kong e Macau, a Nova Zona de Hengqin poderá ser transformada numa zona exemplar de inovação educacional cooperativa entre as três regiões, estando em estudo o respectivo método de implementação, pelo que serão efectuadas deslocações a Macau para pesquisa e recolha de opiniões.
- As políticas acima referidas podem favorecer o benefício mútuo e colaboração entre os territórios, desenvolvendo as vantagens das partes e uma promoção conjunta. Ao longo dos anos, uma parte dos alunos de Macau estudou em Zhuhai, e os pais, com condições sabem muito bem a importância de ter os filhos a estudar e crescer perto deles; ao mesmo tempo, os ensinos primário e

secundário de Macau têm as suas características e tradições, em termos de currículo, ensino e conceitos culturais, portanto, muitas escolas têm uma certa competitividade.

- O Governo da RAEM vai continuar a reforçar o planeamento e coordenação com a Província de Guangdong, atendendo, estreitamente, ao movimento dos talentos entre regiões, proporcionando, oportunamente, as respectivas informações às escolas.

26. Como se estabelece um mecanismo eficaz e imparcial sobre a avaliação e supervisão na promoção dos profissionais de saúde?

Resposta:

O Governo da RAEM tem se esforçado em fazer permanentemente a auto-crítica e aperfeiçoado a construção do regime de saúde, de modo a assegurar o desenvolvimento saudável e estável do sistema de saúde. Por sua vez, os recursos humanos constituem uma parte importante. Tomando em conta o desenvolvimento geral das carreiras profissionais do pessoal, a partir do ano de 2009, o Governo da RAEM concluiu por fases o trabalho de revisão das propostas de lei referentes às carreiras especiais, tais como de enfermeiro, médico, farmacêutico e técnico superior de saúde, administrador hospitalar, técnico de diagnóstico e terapêutica, inspector sanitário e de auxiliar de saúde, abrangendo a nova definição do conteúdo funcional separadamente, as exigências dos profissionais na área de saúde, e a regulamentação das disposições de acesso para os profissionais de saúde de diferente categoria, no sentido de melhorar a construção do regime de cuidados de saúde. Posteriormente, foram promulgadas de modo sucessivo 16 diplomas de regulamento administrativo e despacho, assim como criadas as Comissões para a Equiparação de Habilitações nas diferentes áreas.

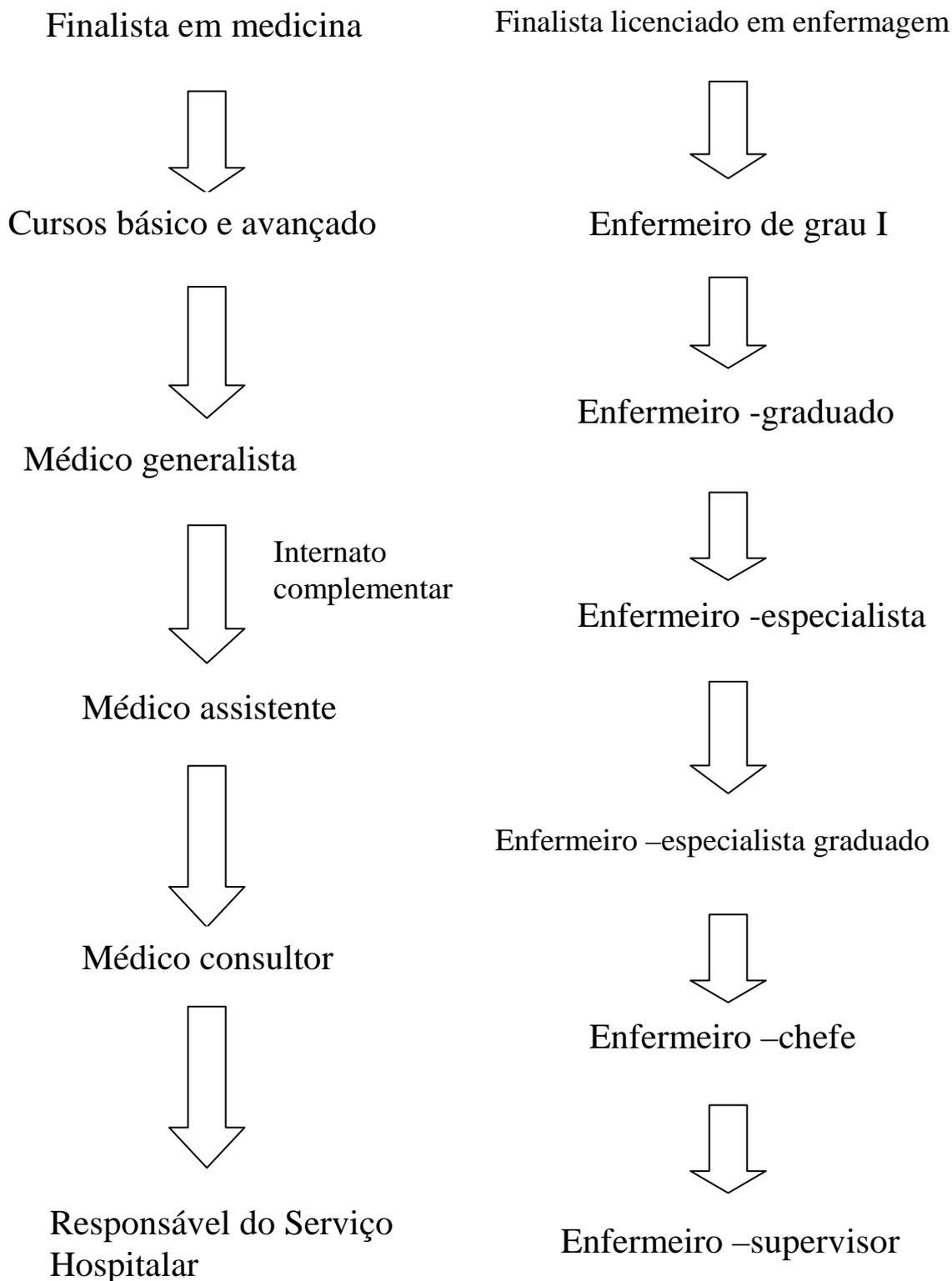
No que concerne ao regime da carreira médica, com vista a regulamentar de forma aprofundada o regime de habilitação da graduação em consultor, especialmente a introdução do mecanismo de avaliação e apreciação para a prova de conhecimentos profissionais, a fim de elevar continuamente a

qualidade dos recursos humanos, e coordenar o desenvolvimento de medicina da Região Administrativa Especial de Macau. Em termos dos procedimentos de revisão do regime da carreira médica, foi estabelecido o regulamento administrativo complementar aquando das condições para a obtenção da graduação em consultor em vigor. Com o intuito de garantir o profissionalismo e confiança pública na abertura de concurso, foi regulada a qualificação para desempenho da função de membros do júri, os quais devem ser designados de entre os médicos da respectiva especialidade com o grau de consultor ou equiparado, de acordo com uma tabela de equiparação aprovada pelo Director dos Serviços de Saúde, e que tenham exercido efectivamente as funções do grau de especialista na RAEM ou no exterior, durante, pelo menos, cinco anos. Além disso, o número total dos membros efectivos que exerçam a sua actividade profissional no exterior da RAEM deve ser superior ao dos que exerçam actividade profissional na RAEM, de modo a aumentar o reconhecimento da prova de qualificação profissional para o grau de consultor. A par disso, para efeitos de melhor garantir o direito de médico especialista que reúne as condições, foi estipulado no regulamento administrativo que o procedimento para a obtenção do grau de consultor realiza-se, anualmente, com início em Janeiro, sendo organizado por áreas funcionais.

O aperfeiçoamento do mecanismo de promoção do Governo da RAEM permite aos trabalhadores de saúde ter uma carreira profissional com desenvolvimento mais planificado, de forma a atrair a integração de mais profissionais de saúde

excelentes, o que favorece a estabilidade das equipas de trabalhadores do serviço público. O Governo também vai continuar a fortalecer a formação local dos internatos geral e complementar, a fim de elevar a qualidade dos serviços de cuidados de saúde em geral.

Fluxograma sobre o acesso de médico e enfermeiro em entidade pública de saúde



Questão levantada pelo senhor deputado Ng Kuok Cheong

27. Aquando de universalização da escolaridade gratuita, é necessário proceder à reforma sobre o regime de avaliação curricular tradicional e introduzira teoria das inteligências múltiplas no ensino; concretizando, ao mesmo tempo, o quadro de organização curricular e acreditação das habilitações académicas, é promovido o ensino das inteligências múltiplas.

Resposta:

No domínios do Ensino não Superior:

- O ponto principal de desenvolvimento das inteligências múltiplas dos alunos não é a criação da disciplina de “Inteligências Múltiplas” mas sim a inserção desta teoria em todas as actividades curriculares e de ensino. Em 2014, através do Regulamento Administrativo n.º 15/2014, o governo da RAEM promulgou formalmente o “Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local” que foi implementado de forma faseada, a partir do ano lectivo de 2013/2014. As “exigências das competências académicas básicas” que os alunos de cada nível de ensino devem atingir são promovidas, sucessivamente, de acordo com o calendário de produção de efeitos definido no respectivo diploma legal.
- Esta reforma curricular valoriza a detecção das potencialidades e interesses diversos dos alunos, esperando, através da melhoria de estrutura curricular, enriquecimento do tipo curricular e inovação pedagógica, assegurar a prestação de uma educação integral, equilibrada e diversificada aos alunos. Por exemplo: em relação à estrutura curricular, são reforçadas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Desporto e Saúde e Artes, entre outras, valorizando a

criação de cursos opcionais, introduzindo as actividades extracurriculares no plano curricular da educação regular; com a valorização dos conhecimentos e competências em linha com as “exigências das competências académicas básicas” das várias áreas de aprendizagem ou disciplinas, a formação das capacidades de comunicação, investigação, resolução de problemas e criatividade dos alunos são reforçadas, bem como uma boa filosofia de sentimentos, atitudes e valores.

- Para além disso, a forma e o método de avaliação dos alunos têm também uma grande influência em relação ao desenvolvimento das inteligências múltiplas, deste modo, a DSEJ e o sector educativo têm-se empenhado, nos últimos anos, em conjunto, na elaboração do diploma legal sobre o regime de avaliação dos alunos, esperando, através do diploma legal, orientar as escolas no desenvolvimento da avaliação dos alunos através de uma forma múltipla.

Instituto Politécnico de Macau:

O IPM, como instituição de ensino superior pública, tem desenvolvido os trabalhos relacionados com a “smart education”, na base do desenvolvimento da educação básica. E, por isso, em algumas Escolas Superiores deste Instituto, como por exemplo, a Escola Superior de Educação Física e Desporto, a Escola Superior de Artes e a Escola Superior de Línguas e Tradução, tem sido executado um mecanismo de recomendação por directores do ensino secundário de Macau, de alunos finalistas que tenham aptidões especiais. Também foram criadas pelo IPM diversas bolsas de mérito para esse tipo de alunos admitidos por este Instituto.

28. E relação à formação docente, devem-se definir as inteligências múltiplas como disciplina obrigatória no sistema de ensino infantil, primário e secundário.

Resposta:

- No que toca à formação docente, a DSEJ organiza, anualmente, os cursos de formação de ensino em turma reduzida, apoiando os docentes no domínio dos conceitos e estratégias deste ensino e, ao mesmo tempo, incentivando as escolas a convidarem os especialistas e académicos locais e do exterior para realizarem formação para a própria escola, auxiliando-as na organização do ensino em turma reduzida, de modo a desenvolverem as modalidades de ensino múltiplo.
- Os cursos de formação docente da Universidade de Macau valorizam, também, o conteúdo das inteligências múltiplas, sendo a teoria das inteligências múltiplas abordada na disciplina opcional “Avaliação Educacional”, no âmbito dos cursos de licenciatura em Educação Pré-Primária, ministrados pela Faculdade de Ciências da Educação. No âmbito do curso de licenciatura em Ciências da Educação, é ministrada a disciplina obrigatória “Aconselhamento e Orientação” para as variantes de Ensino Secundário e Ensino Primário e para a variante de Educação Pré-Primária. A disciplina “Inteligência e Criatividade”, ministrada no âmbito do curso de mestrado em Ciências da Educação, contempla também a teoria das inteligências múltiplas. Além disso, as variantes de Educação Pré-Primária e Ensino Primário compreendem várias disciplinas que estão abrangidas na teoria das inteligências múltiplas,

nomeadamente nas seguintes áreas: Desenvolvimento da Língua para Crianças e Línguas (inteligência linguística), Matemática/Raciocínio Quantitativo (inteligência lógica-matemática), Música (inteligência musical), Artes Visuais (inteligência espacial) e Educação Física (inteligência corporal-cinestésica), entre outras.

29. A sociedade levanta dúvidas sobre o Plano de financiamento à educação inclusiva, pelo que a Administração deve publicar atempadamente as respectivas informações e melhorar o seu mecanismo de supervisão.

Resposta:

- A DSEJ lançou, no ano lectivo de 2006/2007, o Plano de financiamento à educação inclusiva, cujo objectivo, nos seus primeiros anos, foi direccionado à aquisição de software e hardware pelas escolas particulares. Mas após o aumento no número de alunos sujeitos à educação inclusiva e também em articulação com as disposições da Lei n.º 3/2012 (Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior), no que diz respeito às escolas particulares sem fins lucrativos, estas passaram a ter de garantir, em cada ano escolar, que as despesas com a remuneração do pessoal docente e a contribuição para o seu fundo de previdência fossem de valor igual ou superior a 70% das suas receitas fixas e permanentes (implementado a partir do ano lectivo de 2012/2013), pelo que a DSEJ optimizou constantemente os critérios de financiamento, alocando mais recursos para a remuneração dos respectivos recursos humanos da escola.
- Relativamente à utilização do financiamento da educação inclusiva, a DSEJ tem-se sempre empenhado na sua supervisão de acordo com a lei.
 - **Quanto à remuneração do pessoal:** de acordo com as exigências das “Instruções sobre o financiamento da educação inclusiva” vigente, o financiamento da educação inclusiva só

pode ser usado na remuneração dos professores de apoio e nos subsídios do pessoal docente e outro pessoal de apoio que presta os serviços acima referidos aos alunos sujeitos à educação inclusiva. Como os conteúdos, tempo e grau de apoio necessário são diferentes para cada aluno sujeito à educação inclusiva, a escola, de acordo com a situação efectiva do aluno, deve organizar os recursos humanos e serviços de apoio para o efeito mas, no entanto, o pessoal da escola que receba a remuneração do financiamento, tem de participar nos trabalhos da educação inclusiva (incluindo a organização, planeamento, gestão, ensino, cuidados aos alunos, entre outros apoios). Nalgumas escolas, os seus directores e outros quadros médios e superiores de gestão são organizados, directamente, para participarem nos trabalhos pedagógicos da educação inclusiva, e nalgumas escolas, os seus directores e outros quadros médios e superiores de gestão ficam responsáveis pelos trabalhos de apoio da educação inclusiva. No ano lectivo de 2013/2014, os directores e outros quadros médios e superiores de gestão de 29 escolas particulares que participaram na educação inclusiva, receberam o montante de 1,294,700 patacas, ocupando 3,4% do montante total do financiamento.

➤ **Quanto ao mecanismo de verificação das contas e da restituição do financiamento:**

O financiamento à educação inclusiva deve ser utilizado exclusivamente para esse fim específico pelo que a DSEJ exige que as escolas respeitem as “Instruções sobre o

financiamento da educação inclusiva” na aplicação do respectivo financiamento, devendo as mesmas apresentar as contas e relatórios à DSEJ, em determinado período fixado em cada ano lectivo, a fim de assegurar que os recursos sejam utilizados com eficácia. Se as despesas efectivas são inferiores ao montante financiado, as escolas têm de apresentar um relatório da utilização do financiamento, juntamente com a devolução do restante montante à DSEJ. Nos anos lectivos entre 2007/2008 e 2012/2013, os montantes de financiamento restituídos pelas escolas à DSEJ foram, respectivamente, de 88,5 mil patacas, 126,3 mil patacas, 233,6 mil patacas, 99 mil patacas, 607,8 mil patacas e 919,2 mil patacas. No ano lectivo de 2013/2014, nove escolas restituíram o montante à DSEJ, num total de 2,138,700 patacas.

A DSEJ encontra-se a analisar os relatórios da utilização do financiamento do ano lectivo de 2013/2014, apresentados pelas escolas, e, caso detecte situações de utilização inadequada do financiamento pela escola, irá acompanhar e tratar os mesmos de forma rigorosa. Se detectar alguma escola com quaisquer irregularidades, a DSEJ irá, de acordo com as disposições do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 38/93/M (Estatuto das instituições educativas particulares), suspender os apoios financeiros à escola.

- Em relação às novas situações encontradas recentemente, a DSEJ irá tratar das mesmas com seriedade, realizando a revisão, análise e optimização pormenorizada, nomeadamente, do seguinte: regime de

financiamento da educação inclusiva, modo de funcionamento da educação inclusiva, elaboração das orientações melhoradas em termos específicos e sistemáticos para as escolas e reforço da efectivação de responsabilidade das situações de utilização inadequada do financiamento. A DSEJ continuará a cumprir o princípio da aplicação adequada do erário público, assegurando que os alunos com necessidades educativas especiais possam usufruir de eficazes apoios educativos, de modo a permitir a optimização da educação inclusiva.

Questão levantada pelo senhor deputado Kou Hoi In

- 30. Quais as medidas para preservar as lojas antigas tradicionais?
Será possível valorizar a herança cultural para preservar as
lojas antigas e a sua arte tradicional?**

Resposta:

No domínio do Turismo:

A fim de aprofundar o desenvolvimento do turismo de compras de Macau, a DST cooperou com entidades e associações locais para o lançamento do projecto “Decoração de Montras de Natal”, providenciando apoio para incentivar as empresas a participar na decoração das montras das lojas. Em 2014, o “Decoração de Montras de Natal”, contou com a participação total de 1,384 empresas, que beneficiaram do apoio com sucesso.

No domínio da Cultura:

Ao longo dos tempos, o Governo da RAEM tem atribuído grande importância a preciosas tradições culturais e artesanato realizadas e transmitidas pelas lojas tradicionais. Nos últimos anos, o IC tem financiado as comunidades de design de Macau para reabilitarem a imagem da marca das 5 lojas de negócios com mais de 50 anos e para desenvolverem o trabalho de colecção de informações e a conservação de relíquias culturais. Espera-se que, no futuro, através da cooperação interdepartamental, se procure um melhor caminho para as velhas lojas, permitindo a continuidade de transmissão e desenvolvimento das características tradicionais e das memórias colectivas.

Fundo das Industrias Culturais:

O FIC irá fornecer o seu apoio, por diversos meios, às empresas

tradicionais que pretendem aumentar a sua competitividade através da vertente cultural e criativa. As lojas típicas antigas poderão aplicar métodos como embalagens culturais e criativas e formas de marketing modernas, revitalizando as marcas tradicionais que têm características culturais locais e elementos históricos. Perante a primeira fase de apoio financeiro do FIC, alguns sectores que testemunharam as mudanças históricas de Macau, tais como o estaleiro, a fábrica de vestuário, o restaurante chinês tradicional, entre outras lojas típicas antigas, irão executar o seu projecto de indústria cultural que responda às perspectivas de mercado, ao mesmo tempo, conservando a sua infra-estrutura original, com o fim de herdar e desenvolver o seu artesanato tradicional. Desta forma, salvaguardar-se-á melhor as memórias colectivas da população de Macau.

Questão levantada pelo senhor deputado Si Ka Lon

31. Para os projectos do hospital da Ilha de Montanha, os destinatários são os residentes de Macau ou incluem os do Interior da China?

Resposta:

O Governo da RAEM está em fase de planeamento e estudo, pelo que as informações mais concretas serão anunciadas oportunamente.

32. Quando pode ser aberta a zona para indústrias culturais integrada no edifício envidraçado?

Resposta:

As obras de mudança plena do Centro Comercial da Praça do Tap Seac (edifício envidraçado) serão iniciadas em 2015. Está prevista para a sua conclusão em 2017. Espera-se construir, com função complexa, um espaço das indústrias culturais e criativas onde podem fixar-se as unidades das indústrias culturais e criativas de Macau, tais como: lojas culturais e criativas, livrarias, restaurantes, servindo como instalações de exposições e de workshops, dando não só aos residentes espaço de lazer mais confortável, mas também o apoio ao espaço para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e aos visitantes mais espaço de cultura e lazer.

Questão levantada pelo senhor deputado José Pereira Coutinho

33. Existe nos Serviços de Saúde o problema de gestão de recursos humanos e a não correspondência de trabalhos e de cargos desempenhados pelos médicos de enfermeiros.

Resposta:

Os Serviços de Saúde têm cumprido os dispostos da Lei n.º 10/2010 relativa ao “Regime da carreira médica” e a Lei n.º 18/2009 relativa ao “Regime da carreira de enfermagem”, e programam de modo razoável os trabalhos dos profissionais de saúde nos termos legais.

Quanto à situação acima descrita pelo Sr. Deputado, actualmente de acordo com a organização dos trabalhos efectuada pelos Serviços de Saúde, uma parte dos médicos é responsável pelos trabalhos destinados à organização, coordenação e supervisão dos internatos médicos. Quanto aos trabalhos na área clínica, tais com a ronda de visita à enfermeria, discussão dos casos de doentes e estudo médico, etc, os mesmos desempenham principalmente as funções de docência para os internatos médicos; no que concerne aos trabalhos administrativos, desempenham principalmente as funções de coordenação de estágios dos internos no Hospital Kiang Wu e no exterior como em Hong Kong e Taiwan, supervisão da evolução do estágio e relatório de trabalho dos internos. Mais importante é que prestam apoio para resolver as dificuldades dos internos encontradas durante o estágio, e participam nos trabalhos de revisão do regime legal dos internatos. A referida programação dos trabalhos corresponde completamente ao conteúdo funcional dos médicos estipulado na lei: “Programar, executar e avaliar a prestação de serviços médicos de maior complexidade que impliquem formação específica em especialidade legalmente prevista”.

De acordo com as informações disponíveis, actualmente há nos Serviços de Saúde 9 enfermeiros especialistas em enfermagem de reabilitação, seis (6) dos quais são enfermeiros especialistas locais e estão afectos aos Centros de Saúde, Serviço de Ortopedia, Unidade de Cuidados Intensivos, Medicina Interna/Geriatria e Unidade Associada de Medicina Interna e Cirurgia para a execução dos trabalhos de prestação de cuidados de saúde em reabilitação na comunidades, educação de cuidados domiciliários, orientação e fisioterapia, entre outros. Além disso, três (3) enfermeiros especialistas em fisioterapia e reabilitação contratados de Portugal antes da transferência de soberania de Macau a China prestam serviços no Serviço de Ortopedia, Cirurgia Geral e Medicina Interna para a fisioterapia, orientando e formando os enfermeiros especialistas de outras áreas de saúde para desenvolver e melhorar a sua técnica de fisioterapia. A referida programação dos trabalhos corresponde integralmente ao conteúdo funcional dos enfermeiros especialistas estipulado na lei.

34. Como é a utilização das salas de urgência do CHCSJ depois da obra de remodelação?

Resposta:

Encaminhar os doentes de acordo com a urgência e prioridade, e assegurar a prestação dos serviços mais rápidos e adequados de diagnóstico e tratamento médico aos doentes com maior urgência e de alto nível de risco constituem o objecto dos trabalhos do Governo da RAEM.

Desde a mudança para o Edifício dos Serviços de Urgência no dia 23 de Outubro de 2013, entraram já em funcionamento 43 camas de observação nos Serviço de Urgência para Adultos; em Dezembro do mesmo ano, foi criada também a consulta externa de 24 horas para a consulta médica dos doentes com idade compreendida entre os 13 anos e os 65 anos e que pertencem à IV categoria de urgência, para que os casos urgentes possam ser tratados na área clínica principal. Além disso, face ao aumento da procura, foi criada em Fevereiro de 2015 a Unidade Associada de Medicina Interna e Cirurgia no Edifício dos Serviços de Urgência, acrescentando-se mais 43 camas para aliviar a pressão das camas necessitadas pelos doentes.

Segundo os dados obtidos, em 2014 registaram-se 283 mil pessoas que recorreram aos Serviços de Urgência do CHCSJ, equivalente a um aumento de 3,4% face a 274 mil pessoas no período homólogo de 2013.

Os médicos dos Serviços de Urgência do CHCSJ decidem o tempo de observação hospitalar do doente consoante a urgência e prioridade do estado do doente, e não se verifica a situação de abuso de utilização de camas dos Serviços de Urgência por causa de falta de camas de hospitalização. No primeiro trimestre do ano 2015, a taxa de ocupação das camas da enfermaria dos Serviços de Urgência é superior a 100%, tendo atingido 124% em Março, com a permanência média dos doentes na área clínica dos Serviços de Urgência para Adultos superior a duas (2) horas;

foram registados acumulativamente 1.443 pessoas, isto é, 47 pessoas por dia, que foram transferidos aos Serviços de Urgência através da ambulância, com a permanência média cerca de 15 horas. Registou-se um total 1.723 pessoas, isto é, 56 pessoas por dia, que recorreram pessoalmente aos Serviços de Urgência, com a permanência média cerca de 6 horas.

Para responder aos problemas sobre o aumento dos números de doentes e da procura dos serviços, os Serviços de Saúde têm reforçado continuamente a formação e recrutamento dos profissionais de saúde, com objectivo de resolver os problemas de escassez dos recursos humanos e reduzir adequadamente a lista de espera dos doentes.

35. A alteração ao Regime educativo especial baseia-se em qual legislação? A autoridade deve basear-se no Decreto-Lei n.º 33/96/M e não no sistema educativo não superior.

Resposta:

- O objectivo da alteração ao Regime educativo especial é otimizar o Regime educativo especial do Decreto-Lei n.º 33/96/M, que já tinha sido aplicado há 18 anos, portanto, o trabalho da alteração baseia-se neste decreto-lei.
- Por outro lado, o Regime educativo especial faz parte integrante do sistema educativo não superior, portanto, a DSEJ, no documento de consulta da alteração a este regime referiu que é necessária uma articulação com as disposições da Lei n.º 9/2006 (Lei de bases do sistema educativo não superior), por exemplo, os destinatários do ensino especial, não só incluem os alunos portadores de limitações físicas e psicológicas, como também os alunos sobredotados.

Questão levantada pelo senhor deputado Chui Sai Peng

36. A capacidade de acolhimento turístico encontra-se quase saturada, e o Governo também começou sucessivamente a activação dos trabalhos na área de alojamento familiar. Gostaria de perguntar se a disponibilidade de quartos hoteleiros é considerado nesta fase um factor que limita o crescimento do turismo? Qual é o factor que mais limita o desenvolvimento do turismo?

Resposta:

Encontram-se actualmente licenciados em Macau 58 hotéis de 3 a 5 estrelas e de luxo e 46 estabelecimentos hoteleiros económicos (hotéis de 2 estrelas e pensões de 2 e 3 estrelas), dando uma oferta total de 57.836 aposentos e 1.506 aposentos, respectivamente. Estão, por outro lado, registados na Direcção dos Serviços de Turismo 10 projectos de licenciamento/ampliação de hotéis de 3 a 5 estrelas e de luxo e 6 projectos de estabelecimentos hoteleiros económicos (hotéis de 2 estrelas e pensões de 2 e 3 estrelas), que irão proporcionar ao mercado uma oferta adicional de 5.721 e 383 aposentos respectivamente. Com a conclusão sucessiva da construção de certos hotéis de envergadura em Macau no próximo futuro e mais ainda os vários projectos potenciais que se encontram em fase de organização e construção, tudo isso poderá alargar a disponibilidade de infra-estruturas para alcançar a meta de estabelecer Macau como destino internacional de turismo e lazer.

Presentemente, o Governo da RAEM está a enfrentar diferentes graus de desafios, no âmbito do Turismo, a Direcção dos Serviços de Turismo está sempre atenta ao desenvolvimento da indústria turística, bem como

tem realizado, de forma activa, as concepções das medidas da política consoante o desenvolvimento turístico, tudo no sentido de promover e responder às necessidades do desenvolvimento desta indústria. Com a liberalização do jogo e sob o impulso das estratégias dos excursionistas chineses com visto individual, a indústria turística de Macau tem tido um desenvolvimento acelerado, registando-se, também, um número recorde de visitantes chegados a Macau, o que trouxe à RAEM grandes interesses económicos, mas, ao mesmo tempo, tem contribuído para que tenham surgido alguns desafios quanto à capacidade de recepção de visitantes, neles se incluindo os assuntos relacionados com os postos fronteiriços, transportes, segurança, prestação ilegal de alojamento, falta de recursos humanos e qualidade da prestação dos serviços, entre outros. Para enfrentar os diversos desafios, bem como o desenvolvimento do posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, a capacidade de acolhimento, o trânsito e os transportes públicos, entre outros problemas, o que não só tem implicações nos projectos no âmbito do Turismo, como, também, há necessidade de coordenação dos serviços interdepartamentais, a plena participação dos diferentes serviços e a distribuição adequada dos trabalhos, só assim, é que se pode impulsionar, com sucesso, os trabalhos. A Direcção dos Serviços de Turismo está a acompanhar, de perto, as mudanças da situação do turismo e estando, também, atenta à capacidade de recepção e poder de acolhimento dos visitantes, pelo que, em conjunto com os diversos sectores sociais, está a proceder à sua revisão, para actualizar, oportunamente, as medidas da política consoante o desenvolvimento do turismo.

Questão levantada pelo senhor deputado Leong Veng Chai

37. Para resolver os problemas do longo tempo de espera para consulta médica no hospital pública e da alta despesa médica efectuada nas consultórios privados, propõe que o Governo que arrende dois andares no edifício comercial para consultórios privados, no sentido de diminuir a despesa médica da consulta, encaminhar os doentes e prestar-lhes mais escolhas para consulta médica. Perante isto, qual é a posição do Governo?

Resposta:

O Governo da RAEM aprovou já a nova medida de encaminhamento, tendo reforçado o investimento em recursos humanos, prosseguido a concepção de serviços de “desenvolvimento centrado no bem-estar dos utentes” e reforçado a colaboração com as instituições de saúde sem fins lucrativos, aperfeiçoando as orientações clínicas sobre os serviços médicos adquiridos, melhorando os recursos humanos e equipamentos, promovendo activamente o progresso em conjunto do sector da saúde, manifestando um empenho total na redução da lista de espera, no sentido de garantir a saúde física e mental dos residentes.

Para que os residentes possam obter os serviços médicos adequada e apropriadamente e de modo conveniente, e para promover o desenvolvimento em paralelo com a assistência médica pública e privada, os Serviços de Saúde têm subsidiado as instituições de saúde sem fins lucrativos para a prestação dos serviços gratuitos ou subsidiados aos residentes. Com vista a melhorar a utilização mais racional dos recursos na área da saúde, os Serviços de Saúde alargaram os destinatários beneficiados do grupo populacional para ter acesso aos serviços de urgência prestados pelas instituições de saúde sem fins lucrativos e pelo Hospital Kiang Wu, e as pessoas qualificadas podem escolher por sua

livre vontade a frequência da consulta externa ou dos serviços de urgência subsidiados. Desde a implementação da respectiva medida, os doentes do novo grupo populacional nas instituições de saúde representam cerca de 20% da totalidade dos doentes, comprovando que a nova medida de encaminhamento produziu efeitos evidentes.

O Governo da RAEM vai pôr em prática constantemente o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde para aliviar a despesa médica dos residentes, transferir alguns serviços de cuidados de saúde para as unidades privadas de saúde, e ajudar a operação económica das unidades privadas de saúde, e através deste Programa promove o desenvolvimento futuro em paralelo com o sistema médico governamental e não governamental, com a finalidade de atingir ainda mais o objectivo de proteger o saúde dos residentes.

Segundo os dados disponíveis, em 2014 há em Macau 697 estabelecimentos destinados ao exercício da actividade privada de prestação de cuidados de saúde, representando um aumento de 1,9% em comparação a 684 em 2013, tendo-se registado o aumento de 1 hospital, 28 estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde e 2 consultórios odontológicos, e a diminuição de 7 consultórios de medicina tradicional chinesa e 11 consultórios de medicina ocidental; há no total 3.216 licenças/alvarás de exercício da actividade privada de prestação de cuidados de saúde, representando um acréscimo de 7,59% em relação a 2.989 em 2013, o que reflectiu o bom desenvolvimento do mercado privado de saúde.

É de sublinhar que de acordo com as informações disponibilizadas, registou-se anualmente a adesão de mais de mil médicos no Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, correspondente a uma taxa de participação aproximadamente de 80%, e no Programa de Participação nos Cuidados de Saúde de 2013, as receitas das unidades privadas de saúde são superiores a 267 milhões de patacas, das quais as

policlínicas ocupam cerca de 40%, os consultórios de medicina tradicional chinesa 30%, os consultórios de medicina ocidental 20% e os consultórios odontológicos 10%, o que demonstra que o Programa não só obtém o apoio do sector, mas também impulsiona as receitas e o desenvolvimento das unidades privadas de saúde de Macau, promovendo ainda mais a colaboração do mercado público e privado de saúde, e fomentando em pleno as funções dos recursos médicos das comunidades.

38. Será possível separar o ensino para diferentes grupos etários na Escola Concórdia para Ensino Especial?

Resposta:

- Macau tem, actualmente, 9 escolas oficiais, 28 escolas particulares e 4 escolas particulares do ensino especial que proporcionam três tipos de turmas e cursos aos alunos com necessidades educativas especiais.
- O primeiro tipo corresponde a uma turma regular com alunos sujeitos à educação inclusiva, tendo os mesmos acesso à educação nas turmas regulares e classificados como alunos sujeitos à educação inclusiva, cujos conteúdos de aprendizagem são semelhantes aos dos colegas do mesmo ano de escolaridade. O segundo tipo corresponde a uma turma reduzida do ensino especial, ou seja, uma turma do ensino especial criada para alunos com deficiência mental de grau leve e dificuldades na aprendizagem ou com graves problemas comportamentais e emocionais de longa duração e contínuos. Estes alunos estudam nas turmas especiais de nível mais elevado, com menos disciplinas comparativamente às turmas regulares, e os seus cursos baseiam-se nos cursos da educação regular com um plano educativo individual. O terceiro tipo diz respeito a uma turma especial, ou seja, uma turma do ensino especial para alunos com deficiência mental de grau leve ou inferior a este nível e, de uma forma geral, com dificuldades de adaptação, e os seus cursos adoptam, principalmente, materiais didácticos elaborados por temas, permitindo aos alunos usufruírem de uma aprendizagem e treino conforme as suas capacidades e relacionados com a sua vida

quotidiana. Os alunos das turmas especiais podem ser classificados através da forma de “turmas homogêneas”, desde o ensino infantil até completar a idade máxima escolar de 21 anos de idade, sendo aqueles com capacidade geral de aprendizagem semelhante organizados na mesma turma de aprendizagem, de modo a reforçar a eficácia do ensino e da aprendizagem.

- A Escola Concórdia para Ensino Especial proporciona turmas e cursos do terceiro tipo acima referido aos alunos com necessidades educativas especiais. A escola leva em consideração a capacidade geral de aprendizagem do aluno e a sua idade para a classificação da turma, permitindo ao aluno aprender e crescer com colegas de idade e capacidades próximas, existindo, por isso, nesta escola, a distinção da idade no ensino aos alunos.

39. O mesmo encontra-se atento ao trabalho relativo à classificação da deficiência por tipo e grau e espera portanto, que o Instituto de Acção Social possa acompanhar esse trabalho.

Resposta:

A respeito da questão da classificação da deficiência por tipo e grau referida pelo deputado Leong Veng Chai durante a reunião designadamente, “Os resultados variarem consoante os médicos, sendo ainda necessário efectuar a avaliação por várias vezes”, refere-se que: por um lado, no âmbito da realização do trabalho relativo à classificação de deficiência por tipo e grau, o avaliador recorre para o efeito aos critérios previstos nos respectivos diplomas legais e despachos, bem como, aos respectivos instrumentos e métodos e, por outro lado, o avaliador de acordo com a situação de deficiência da pessoa avaliada, e especialmente, das pessoas, cuja situação de deficiência possa vir a ser agravada, procura definir a data oportuna para a reavaliação, no intuito de assegurar que as mesmas possam beneficiar adequadamente das respectivas regalias e dos respectivos serviços.

Por último é de referir que, sempre que a pessoa avaliada esteja insatisfeita com o respectivo resultado, pode pedir, segundo o previsto no diploma legal, uma nova apreciação.

Questão levantada pelo senhor deputado Lam Heong Sang

40. Em relação à escassez de instalações comunitárias, tais como creches, escolas e instalações desportivas, o Governo tem algum plano?

Resposta:

No domínio da Acção Social:

Serão 35 os novos equipamentos sociais que irão ser inaugurados durante os anos de 2015 e 2017, em que a lotação dos lares para idosos terá um aumento superior a 700 vagas, e a lotação dos serviços da reabilitação aumentará para cerca de 1.000 vagas. Relativamente à lotação dos serviços das creches, apesar da inauguração dos equipamentos novos, o aumento do número de vagas é de ampliação ou mudança de ramo de actividade em cooperação com as instituições particulares, com um aumento de cerca de 2.000 vagas.

(Para mais informações, favor consultar o documento em anexo relativo aos 35 novos equipamentos sociais.)

No domínios do Ensino não Superior:

- Nos últimos anos, a DSEJ tem vindo a acompanhar e analisar as mudanças verificadas na taxa de natalidade e no número de alunos dos diferentes níveis de ensino, em coordenação com os serviços competentes e as escolas. Vale a pena notar que em Macau a admissão de alunos nas escolas não é feita por alocação central, pelo que os encarregados de educação e os alunos têm a liberdade de escolher as escolas, enquanto estas podem decidir a dimensão de

cada nível de ensino, segundo os seus próprios planos; e ainda, como a distância entre as diferentes zonas da cidade é curta, existem situações em que os alunos necessitam de se deslocar para escolas localizadas em outras zonas. Por isso, a DSEJ para além de ponderar as instalações educativas e vagas escolares necessárias em diversas zonas, tem por objectivo mais importante garantir que o número total de vagas consegue atender às necessidades dos residentes.

- Em relação à oferta de vagas escolares no ensino infantil, no ano lectivo de 2015/2016, o número total de vagas disponibilizadas para o primeiro ano deste ensino, em diferentes zonas de Macau, foi de 7.900, das quais 6.408 foram realmente ocupadas. Nos próximos dois anos lectivos prevê-se que as 5.756 crianças que nasceram no ano da cobra e as 6.447 no ano do cavalo irão matricular-se no primeiro ano do ensino infantil, pelo que esta necessidade será plenamente satisfeita.
- O número de pessoas previsto para ocupar a zona de habitação económica de Seac Pai Van é de 21.000 pessoas, pelo que o Governo se encontra a construir escolas oficiais nesta zona, que após entrarem em funcionamento no ano lectivo de 2018/2019, disponibilizarão cerca de 1.365 vagas escolares.
- O Governo necessita de ter em conta as futuras necessidades de desenvolvimento da educação em Macau, valorizando mais o adequado planeamento de terrenos para uso educativo e a distribuição regional das escolas. A curto prazo, apoiará activamente a reconstrução ou expansão das escolas, existindo, actualmente, um total de oito escolas que se encontram em fase de construção ou

estão prestes a ser edificadas (incluindo reconstrução e expansão), bem como se encontra a discutir os planos respectivos com as escolas interessadas. A médio prazo, será necessário aumentar a concessão de terrenos para a construção de escolas; de acordo com as informações disponíveis no momento, existem seis terrenos por explorar que estão planeados para este fim. A longo prazo, será preciso planejar novos terrenos para fins educativos, especialmente reservando terrenos para construção de escolas inseridas no planeamento das novas zonas e no reordenamento de bairros antigos, para aumentar a oferta de vagas escolares em diferentes zonas, de modo a que o sistema educativo esteja em articulação com o desenvolvimento global da cidade.

41. Que orientações os cidadãos devem observar no sentido de ser considerado racional o seu acto de recorrer ao atendimento médico?

Resposta:

O Governo da RAEM implementa medidas de controlo de diferentes níveis, por forma a que os doentes possam ter acesso a diagnóstico e tratamento em tempo oportuno. Actualmente, os cidadãos podem ter acesso a diferentes níveis de cuidados de saúde de forma fácil, conveniente e gratuita através de diversos meios. Mediante cooperação com instituições médicas da natureza pública, privada e sem fins lucrativos, o Governo procede à triagem adequada de acordo com o grau de urgência dos casos. Para além da acessibilidade aos serviços hospitalares, os residentes também podem recorrer às entidades tais como os centros de saúde, os postos de saúde, o Posto de Saúde, as Consultas Externas das instituições médicas sem fins lucrativos, o Serviço de Urgência do Hospital Kiang Wu e o Centro de Recursos para Doentes para serviços gratuitos. A par disso, em conformidade com a situação concreta dos doentes, os médicos encaminham-nos para os hospitais para acompanhamento mais diferenciado. Os profissionais de saúde das diversas categorias são competentes para assegurar um controlo eficaz de tal forma que basicamente possa ser avaliado o grau de emergência dos casos.

Presentemente, nos Serviços de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário existe um mecanismo de triagem com 4 categorias: encontrando-se o mesmo afixado nas instalações dos Serviços de Urgência para informação e observância por parte dos cidadãos:

	Situação	Tempo de espera	Definição
Categoria I	Crítica	Será atendido de imediato.	Sofrer de estado crítico que ameaça a vida, requer tratamento imediato.
Categoria II	Urgente	Será atendido no prazo de 30 minutos quanto antes.	Sofrer de doenças ou ferimentos graves, que não ameaçam temporariamente a vida, requer tratamento quanto antes.
Categoria III	Semi-urgente	Será atendido no prazo de 90 minutos quanto antes.	Condição aguda mas sem risco de vida, podendo aguardar algum tempo.
Categoria IV	Não urgente		Condição não aguda
Consultas Externas de 24 horas	Não urgente		Doentes da categoria IV, com idade de 13 a 65 anos que não têm trauma.

No ano de 2014, 40% dos casos atendidos no Serviço de Urgência do CHCSJ e 80% dos casos registados no Posto de Urgência das Ilhas foram de uso irracional, isto é, os utentes não tinham carácter urgente, não necessitando do serviço de urgência, incluindo as situações tais como, queimaduras solares, insónias, picadas de mosquitos, escoriações, doenças de pele ligeiras, demora do crescimento e desenvolvimento, perda de

cabelo, unhas partidas, falta de apetite, exame físico, pedido de avaliação de deficiência ou atestado médico, seguimento do historial por ocasião de acompanhamento familiar do doente.

42. Relativamente às políticas destinadas a apoiar os grupos vulneráveis, como é que devem ser harmonizadamente integradas as partes e serem admitidas as diferenças no sentido de que as medidas tenham eficácia na sua execução?

Resposta:

No domínio da Saúde :

Em Macau, aplica-se um modelo de desenvolvimento do sistema de saúde no qual o Governo assume a posição de liderança, em colaboração com os organismos de assistência médica sem fins lucrativos e as instituições privadas de saúde, sendo uma política de cuidados de saúde complexos.

No âmbito dos serviços públicos de cuidados de saúde, os residentes de Macau podem ter acesso aos cuidados de saúde gratuitos prestados nos centros de saúde. O CHCSJ oferece aos residentes de Macau um desconto de pagamento de 30% das despesas médicas e uma parte específica dos residentes está isenta do pagamento das mesmas. Conforme os dados estatísticos, mais de 80% dos doentes internados têm acesso gratuito aos serviços especializados prestados pelo hospital público, reflectindo que a rede de cuidados de saúde tem uma cobertura bastante extensa, com ampla protecção especificamente para os grupos vulneráveis e os doentes crónicos.

Ao longo dos anos, em cumprimento do mecanismo especificamente estabelecido, os Serviços de Saúde têm prestado assistência médica aos indivíduos e famílias que não têm capacidade de pagamento das despesas médicas por motivo de dificuldades económicas, uma vez que os mesmos preenchem os requisitos. Quanto a algumas doenças com alto custo de

tratamento, concede-se o apoio financeiro através da isenção do pagamento de determinadas despesas, no sentido de evitar que os residentes não tenham acesso oportuno ao tratamento médico por causa de dificuldades económicas.

No ano de 2014, os Serviços de Saúde colaboraram com 13 instituições médicas sem fins lucrativos para prestarem quase 600 mil atendimentos médicos aos cidadãos qualificados, tendo assim alargado a taxa de cobertura dos serviços de cuidados de saúde e aumentado a flexibilidade de prestação dos mesmos. No ano de 2009, o Governo da RAEM implementou o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde por forma a maximizar a utilização dos recursos de saúde na comunidade e apoiar a operação das entidades médicas privadas, tendo-se registado continuamente uma taxa de mais de 80% respeitante à impressão e utilização dos vales de saúde desde a implementação do Programa.

A fim de aliviar a situação de longo tempo de espera pelo atendimento médico, os Serviços de Saúde implementaram várias medidas novas, incluindo : 1) Aumentar os subsídios concedidos às instituições médicas não governamentais para a prestação de serviços de urgência e de consultas externas; 2) Alargar a cobertura dos 3 grupos de beneficiários subsidiados, concretamente, os funcionários públicos e seus familiares, o pessoal docente e não docente das instituições de ensino e os portadores do cartão de acesso a cuidados de saúde gratuitos emitidos pelo Centro Hospitalar de Conde São Januário; 3) Promover as aplicações móveis e linha aberta, divulgando informações relacionadas com o tempo de espera em tempo real e aumentando a transparência das informações, tendo sido já visíveis os seus resultados positivos.

O Governo da RAEM têm-se empenhado na promoção dos benefícios para os residentes locais a nível de assistência médica no sentido de plena protecção da saúde destes, estabelecendo laços de cooperação com organismos congéneres das regiões vizinhas no âmbito da prestação de cuidados de saúde transfronteiriços. A par disso, existe o regime de serviços médicos no exterior, sendo os doentes qualificados enviados para os hospitais da China ou de Hong Kong para tratamento médico por forma a assegurar que os mesmos tenham acesso aos cuidados de saúde mais seguros e adequados. Concomitantemente, na sequência do desenvolvimento social de Macau, mediante medidas tais como o aumento de investimento de recursos, o aperfeiçoamento das instalações e equipamentos, bem como a optimização dos procedimentos de prestação de cuidados de saúde, empenha-se activamente em proporcionar os cuidados de saúde abrangentes e adequados aos residentes.

No domínio da Acção Social:

O Governo da RAEM tem-se mantido atento às políticas para os grupos vulneráveis. Para que as respectivas políticas possam surtir efeito, o Instituto de Acção Social (adiante designado por IAS) estabeleceu os tipos do apoio económico com base no valor do risco social, criou um sistema de apoio mais completo para os três tipos de famílias em situação vulnerável, pessoas com baixos rendimentos (Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo) e outros apoios eventuais e serviço de apoio ao emprego, a fim de responder as necessidades das famílias desprovidas de recursos económicos.

Igualmente importantes são os serviços de apoio social e de

assistência aos problemas emocionais dos grupos vulneráveis, daí a razão do IAS lançar e apoiar activamente às instituições particulares no tratamento dos casos com indícios de suicídio e com menos intenção de pedir ajuda, bem como reforçar a rede de apoio comunitário.

Em relação ao resultado dos serviços na promoção das políticas, o IAS, com a cooperação de instituições de serviço social de Macau, estabeleceu activamente um mecanismo efectivo de cooperação de serviços de apoio a famílias, a fim de dar atenção à influência que a mudança da sociedade tem sobre às famílias e aumentar a disponibilização de recurso em tempo adequado, bem como desenvolver os serviços diversos de apoio à família, impulsionando, ao mesmo tempo, o conceito de “Família Feliz” e o clima social de apoio às pessoas vulneráveis. Através do conceito de “Prevenção de 3 níveis”, procura-se promover os serviços de apoio à família e comunidade nos mais diversos níveis e aspectos, com o objectivo de fazer com que os vários sectores da sociedade dêem mais atenção aos problemas e as necessidades dos indivíduos e famílias.

No domínios do Ensino não Superior

- As Linhas de Acção Governativa para o ano económico de 2015 da área dos Assuntos Sociais e Cultura têm como linhas orientadoras, “conhecer a situação real da população, auscultar as suas opiniões, saber das suas necessidades, resolver as suas preocupações e atenuar as suas dificuldades”; melhorar o bem-estar social e atender às necessidades dos grupos vulneráveis são as prioridades definidas na acção governativa.

- Em termos do ensino não superior, a DSEJ mantém-se em cooperação estreita com os serviços competentes para, de forma contínua, otimizar a rede de serviços de detecção, avaliação e colocação, bem como aumentará o financiamento para as turmas do ensino especial, para diminuir a pressão sobre os encarregados de educação na prestação de cuidados aos seus filhos, incluindo a atribuição do subsídio de alimentação, serviço de transporte gratuito e serviço de cuidados durante as festividades e feriados. Foi lançado o “plano de financiamento de aprendizagem no exterior para alunos”, para auxiliar os alunos de famílias de baixo rendimento a ampliarem os seus horizontes; foi aumentado o subsídio para aquisição de manuais escolares, concedendo um subsídio de 3.000 patacas para cada aluno do ensino secundário e 2.600 patacas para cada aluno do ensino primário; os alunos de famílias carenciadas continuam a ser objecto de preocupação do governo, tendo sido aumentado o subsídio de alimentação para 3.200 patacas para alunos de todos os níveis de ensino. Para além disso, o subsídio de aquisição de material escolar foi reforçado para 2.100 patacas para alunos dos ensinos infantil e primário e para 2.700 patacas para alunos do ensino secundário.

**43. Onde se verificam as situações de insuficiências na governação?
Quanto tempo é necessário para acabar com essas situações?**

Resposta:

No domínio da Saúde :

Na sequência do aumento contínuo da procura dos serviços de cuidados de saúde e devido ao impacto dos factores tais como o crescimento e envelhecimento populacional, o prolongamento da esperança de vida, a migração interna, até o aperfeiçoamento das instalações para a saúde e cada vez mais atenção à protecção da saúde manifestada pelos cidadãos, o aumento significativo da prestação dos cuidados de saúde constitui o maior desafio neste momento.

Por motivo do aumento rápido da procura dos serviços de cuidados de saúde, o Governo já procedeu à formação e recrutamento do pessoal de saúde, tendo sido estabelecido um série de medidas de tratamento e implementado um conjunto de serviços de facilitação especificamente destinados a idosos e tendo sido organizados cursos de auto-gestão das doenças crónicas, no sentido de melhorar ainda mais os serviços médicos destinados a idosos e doentes crónicos. Seguindo a urgência e a prioridade dos objectivos, foram promovidas várias medidas novas com objectivo de reduzir eficazmente a lista de espera dos doentes, tendo obtido no curto prazo efeitos positivos nos trabalhos realizados.

Aliás, através da inovação na gestão do sistema e da racionalização na utilização dos recursos de saúde, tendo-se empenhado na redução do tempo de espera pelas consultas especializadas, diagnóstico imagiológico, levantamento de medicamentos, assistência prestada nos centros de saúde,

serviços que merecem mais atenção dos cidadãos, foram obtidos igualmente resultados significativos. Os Serviços da Saúde já desenvolveram acções para a criação do Hospital do Dia nas áreas ocupadas anteriormente pelos Serviços de Urgência. Por outro lado, através da modificação da escala dos turnos de serviço dos médicos e do aumento da quantidade de 1.^a consulta de saúde a prestar a adultos, os centros de saúde conseguiram reduzir significativamente o tempo médio de espera pela 1.^a consulta médica para adultos.

O Governo da RAEM continua a prosseguir o princípio de “desempenho centrado no bem-estar dos utentes” para o desenvolvimento das acções, investindo constantemente mais recursos na área da saúde, reforçando a colaboração entre as instituições de saúde públicas e privadas, consolidando e fortalecendo os trabalhos de prevenção e controlo na área da saúde pública, em prol de cumprimento da política de “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, estabelecendo uma linha sólida de defesa para a saúde pública, por forma a proteger a saúde dos residentes. Através dos hardwares e softwares, promove-se e impulsiona-se a construção do sistema de saúde de Macau, intensifica-se a concretização dos procedimentos de recrutamento de trabalhadores, acelera-se o ritmo das obras de construção integradas no “Projecto de Melhoramento das Infra-Estruturas do Sistema de Saúde”, bem como revê-se o “Regime da Qualificação e Inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de Saúde” no intuito de elevar o nível de assistência médica de Macau, com vista a proteger plenamente a saúde e melhorar o bem-estar dos residentes.

No domínio do Ensino Superior:

Após o estabelecimento do Governo do RAEM, este tem-se dedicado à promoção do desenvolvimento constante do ensino superior de Macau, orientado pelos conceitos da acção governativa "Promover a Prosperidade de Macau através da Educação" e "Construir Macau através da Formação de Talentos". A par disso, atendendo à tendência mundial do desenvolvimento do ensino superior, o Governo tem criado condições para o aumento da sua qualidade em Macau, bem como tem investido recursos nas instituições do ensino superior, ao mesmo tempo que reforça a sua autonomia, para que possam formar quadros qualificados diversificados para a sociedade de Macau.

Observando o desenvolvimento do ensino superior dos países ou regiões mais desenvolvidos, estes consistem, certamente, em três elementos: filosofia pedagógica adequada, recursos financeiros suficientes e regime de funcionamento aperfeiçoado. No entanto, o desenvolvimento do ensino superior de Macau, desde o seu início até agora só tem cerca de 30 anos da história, estando mais atrasado em comparação com o dos outros países ou regiões. No âmbito da construção de regimes e sistemas, os regimes vigentes do ensino superior foram promulgados há mais de vinte anos, pelo que atendendo à tendência da globalização do ensino superior, a legislação do ensino superior de Macau está atrasada, o que, de certo modo, impede o seu desenvolvimento saudável.

Para o efeito, o Governo da RAEM promove o processo legislativo do "Regime do Ensino Superior", cujo texto da proposta da lei foi, há pouco tempo, aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa, aguardando, agora, o debate na

especialidade. A nova proposta da lei alarga a autonomia das instituições e a garantia dos recursos e tem como rumo principal o ajustamento, sendo o conteúdo principal da revisão o seguinte: definir que as instituições do ensino superior têm, obrigatoriamente, que criar o Conselho das instituições para reforçar a autogestão e auto fiscalização; adaptar-se ao desenvolvimento mundial do ensino superior, explicitar, claramente, que as instituições podem criar cursos de regime de créditos; criar o Fundo do Ensino Superior para apoiar financeiramente o seu desenvolvimento em Macau; criar o Conselho do Ensino Superior para promover a comunicação e coordenação entre o Governo da RAEM e as instituições do ensino superior para que, em conjunto, possam fazer sugestões para o desenvolvimento do ensino superior de Macau; definir o Regime da Avaliação do Ensino Superior para avaliar o funcionamento e qualidade pedagógica e de investigação das instituições para que estas se possam otimizar por elas próprias; incentivar a participação dos estudantes nos serviços dentro das instituições, enriquecendo, deste modo, as suas experiências de aprendizagem, entre outros.

Em articulação com a implementação da proposta lei do Regime do Ensino Superior, o Governo da RAEM está a proceder, de acordo com o programado, aos trabalhos de elaboração dos respectivos diplomas legais, a iniciar os trabalhos de definição dos planos do desenvolvimento do ensino superior a médio e longo prazo, para garantir o seu desenvolvimento estável e saudável, sendo assim possível, ao Governo da RAEM e ao sector do ensino superior de Macau tomarem como referência a definição do rumo do desenvolvimento dos respectivos trabalhos.

No domínios do Ensino não Superior e da Juventude:

- É necessário estudar com profundidade a relação entre o Governo e as escolas particulares.

Em conformidade com a legislação em vigor, as escolas particulares de Macau gozam dos direitos de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, no entanto uma maioria significativa dos seus fundos é proveniente directamente do erário público. Esta situação cria um problema inevitável: por um lado, o Governo concede cada vez mais investimentos para as escolas particulares, pelo que necessita de responsabilizar-se perante o público, fiscalizando o uso racional dos fundos; por outro lado, o Governo carece de uma solução, perante estes três direitos autónomos concedidos pela lei a estas escolas, sofrendo igualmente de falta meios necessários para as restringir. Com a entrada em vigor do Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior e de diplomas relacionados, este problema tornou-se mais notório. A chave para resolver esta questão é tentar criar um novo relacionamento entre o Governo e as escolas particulares (como por exemplo, as escolas subsidiadas de Hong Kong, que são diferentes das escolas particulares comuns e das escolas oficiais geridas directamente pelo Governo). De um ponto de vista de longo prazo, é necessário estudar a alteração dos respectivos conteúdos da Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior.

- Aumentar os terrenos para fins educativos e otimizar o sistema escolar.

Em Macau, os terrenos são um recurso muito precioso, no entanto os que se destinam para fins educativos têm vindo a aumentar devido ao aumento da população e à necessidade de melhoria das condições pedagógicas. Como assegurar o fornecimento suficiente de vagas escolares e ao mesmo tempo melhorar o ambiente pedagógico será no futuro um grande desafio para o sistema educativo; sendo assim, Macau deve estabelecer políticas demográficas claras e ponderar a capacidade de acolhimento geral da população. Esta Direcção de Serviços fará uma previsão, antecipadamente, do número de alunos que serão admitidos nas escolas, planejará os terrenos para fins educativos e otimizará de forma global o sistema educativo.

No domínio da Acção Social:

O Governo da RAEM atribui importância à sua governação no âmbito da acção social, procurando, portanto, melhorar as políticas existentes e promover a diversificação de serviços, no sentido de ir ao encontro das necessidades da população. Não obstante a existência de diversos factores que limitam a governação da RAEM e, consequentemente, afectam o seu desempenho, o Governo irá continuar a empenhar-se em eliminar ou minimizar tais factores através, nomeadamente, do seguinte:

1. Os serviços são prestados em função do desenvolvimento social. Face à mudança social, é necessário inovar, de modo contínuo, os serviços sociais no sentido de acompanhar o desenvolvimento social. Um

exemplo deste é a alteração dos conceitos de família e de creche, que deu origem à mudança da procura dos diversos serviços por parte da população. Face a tal conjuntura, o IAS, recorrendo à avaliação contínua da procura dos serviços, procede à inovação dos serviços para acompanhar o evoluir dos tempos.

2. A insuficiência da comunicação poderá comprometer o desempenho do Governo. Considerando que o Serviço Social é um conjunto de acções dirigidas a pessoas, a eficácia dos serviços e medidas que as compõem depende das opiniões da sociedade e da população. Como tal, o IAS criou, em diversas áreas de serviços, mecanismos de comunicação com as instituições particulares e, em simultâneo, disponibilizou vários canais para os cidadãos apresentarem as suas opiniões. Assim, com o reforço da comunicação com a sociedade e a população, ir-se-á permitir assegurar a eficácia da governação.
3. Devido à escassez de recursos financeiros e à procura intensa dos serviços por parte da população, torna-se necessário definir uma ordem de prioridade em função do grau de urgência da necessidade, para que um maior número de cidadãos possa beneficiar dos serviços e que o apoio prestado seja o mais adequado aos seus beneficiários.
4. Ir-se-á promover a racionalização de quadros e a simplificação administrativa, otimizar os procedimentos de trabalho e elevar o desempenho dos serviços públicos, através da definição clara da autoridade e das responsabilidades, bem como da coordenação e divisão ordenada do trabalho.

No domínio da Segurança Social:

O regime da segurança social do primeiro nível de Macau, funciona conforme o modelo de seguro social, “pay-as-you-go”, ainda assim, implementar um regime da segurança social eficiente e de longo prazo,

prende-se, necessariamente, com a estabilidade das fontes de receitas para este regime, de forma a que este regime volte a funcionar num caminho correcto, ou seja, suportado conjuntamente pelas três partes, Governo, empregadores, trabalhadores ou indivíduos, a fim de assegurar a estabilidade financeira do Fundo de Segurança Social (FSS). Para esse efeito, desde o ano 2012 até o ano 2014 o FSS apresentou, no total de três vezes, ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) uma proposta sobre o aumento de montante de contribuições, acerca desta proposta realizaram-se discussões entre as partes patronal e laboral, foi efectuado um ajustamento na proposta original face às opiniões das partes patronal e laboral. Mesmo que ambas as partes e a sociedade concordem que o montante de contribuições é demasiado baixo, o que provoca uma grande diferença relativamente às prestações, prejudicando o desenvolvimento do regime, as partes laboral e patronal ainda não chegaram a um consenso comum a nível de ajustamento da proporção de contribuições, pelo que, a respectiva proposta acabou por não ser aprovada. O FSS vai organizar as opiniões do CPCS, voltando a discutir a proposta, espera-se que as partes laboral, patronal e do Governo possam chegar a um acordo, sob concertação mútua, um aumento de montante de contribuições que é assumível, razoável e responsável, a fim de promover mais um passo a nível de processo de reforma do regime. Além disso, o FSS sugeriu o estudo da viabilidade de criação de um mecanismo de ajustamento do regime de segurança social com base em índice, introdução de coeficiente científico, revisão periódica, ajustamento a tempo, publicação de forma transparente, entre outros, de modo de proceder com mais eficácia a ajustamento automático com base em padrão de nível, assegurar a possibilidade de suporte, estabilidade e suficiência do regime.

Em relação ao trabalho de constituição do regime de previdência central do segundo nível, desde o ano 2009, o Governo da RAEM

promulgou, respectivamente, o Regulamento Administrativo n.º 31/2009 (Regime de poupança central) e a Lei n.º 14/2012 (Contas individuais de previdência) e desde o ano 2010, durante 6 anos consecutivos, têm sido injectadas as verbas a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais nas contas individuais de previdência dos titulares qualificados, ou seja, em cada conta individual foi injectado um valor máximo de 42.000 patacas, criando assim alicerces para a constituição de um regime de previdência central. No entanto, devido a que o regime de previdência central envolve diferentes partes interessadas na política, sistema de fiscalização entre diferentes serviços e técnica jurídica complexa, o FSS deve manter entre elas uma estreita cooperação e concertação de forma activa, para que o regime possa ser implementado gradualmente. Neste momento, concluiu-se a consulta pública do Regime de Previdência Central não Obrigatório, e a proposta de revisão foi submetida à discussão, de forma preliminar, pela comissão executiva do CPCS. As partes patronal e laboral concordam com a directiva da constituição do regime de previdência central não obrigatório, e ambas as partes apresentaram as suas opiniões relativamente às matérias de “reversão de direitos” e calendário de implementação do regime obrigatório, entre outros. A fim de acelerar os trabalhos legislativos, foi iniciado o trabalho de elaboração da respectiva proposta de lei, que será submetida ao Conselho Executivo dentro do ano 2015. A par disso, o FSS irá iniciar, em paralelo, os trabalhos de criação de uma plataforma de informações de contas, incentivar as empresas comerciais a participar no regime futuro, reforçar o conhecimento dos residentes relativo a técnica de aplicação de verbas, e a consciência do risco de investimento, a fim de acompanhar a implementação do regime.

No domínio do Turismo:

O departamento de turismo da RAEM tem grande preocupação do

desenvolvimento da indústria de turismo, e tem pensado activamente as políticas de desenvolvimento relevantes, a fim de responder às necessidades da sociedade. Impulsionada por factores como a política da “excursão individual” e da liberalização da indústria do jogo, a indústria de turismo teve um crescimento rápido, ao mesmo tempo, a quantidade de visitantes a Macau bateram recordes, nesse sentido, embora as políticas têm gerado benefícios económicos consideráveis, no entanto, também conduziram para a questão da capacidade de rolamento do turismo. Face aos desafios actuais do desenvolvimento do turismo, bem como os problemas relevantes do desenvolvimento de posicionamento do Centro Mundial de Turismo e Lazer, o envolvido não é apenas ao nível de planeamento dos assuntos de turismo, mas trata-se de um posicionamento estratégico e na direcção do desenvolvimento urbano geral da RAEM.

Em resposta à direcção do desenvolvimento futuro, a RAEM não perseguirá um crescimento ilimitado de número de turistas, ao contrário, concentrar-se-á em mudanças nos modos de viagem, de forma a obter uma melhoria qualitativa. Além disso, o departamento de turismo está a realizar a formulação do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria de Turismo de Macau”, mediante a elaboração de políticas, estratégias e programas de acção relativa à concretização do desenvolvimento do posicionamento da indústria de turismo de Macau para o Centro Mundial de Turismo e Lazer, apresentando, a nível geral, um plano de desenvolvimento da indústria de turismo de médio a longo prazo, para alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo em Macau. O referido plano já teve concurso público no início de 2015, e neste momento, o plano encontra-se na fase de avaliação das propostas e está prevista o lançamento dos trabalhos de planeamento no segundo semestre do ano 2015. O tempo de trabalho é de cerca de 24 meses e está prevista para ser

concluída em 2017.

No domínio da Cultura:

Presentemente, o IC depara-se com dificuldades e desafios no campo de governação, que são principalmente três aspectos:

- 1) Finalizar, com brevidade, a transferência das atribuições e competências do pessoal e instalações do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, no domínio cultural, e ajustamento da estrutura orgânica do IC. Espera-se a conclusão e implementação dos respectivos trabalhos dentro do corrente ano;
- 2) O enfrentar de um enorme volume de trabalhos oriundos de várias áreas culturais, como a iniciação dos projectos de obras, a restauração do património cultural, o serviço bibliotecário, entre outras, é difícil afectar, oportuna e efectivamente, mão-de-obra com necessidade urgente, resultando nas dificuldades em corresponder a operações de vários projectos e instalações. Espera-se que, a curto ou médio prazo, se consiga efectivamente recrutar e afectar o pessoal necessário para iniciação dos trabalhos relacionados o mais rápido possível;
- 3) Presentemente, existe o problema de falta dos espaços nas áreas das indústrias culturais e criativas, dos espectáculos, das exposições, entre outras, esperando-se que, através duma comunicação contínua e cooperação interdepartamental, nos esforcemos para descobrir e utilizar tais espaços °

No domínio do Desporto:

As limitações da acção governativa do domínio do desporto salientam as actuais fraquezas da acção governativa nas vertentes do desporto para todos e do desporto de rendimento. Quanto ao tempo necessário para eliminação das limitações, estamos convencidos de que devemos proceder à melhoria e optimização dos respectivos trabalhos com vista a eliminá-las gradualmente.

No âmbito do desporto para todos:

1. A carência das instalações desportivas põe em causa a participação dos cidadãos no desporto para todos
 - Procede rapidamente ao planeamento das instalações e dos equipamentos desportivos provenientes de outros serviços, articulando-os com as instalações existentes da Rede das instalações desportivas públicas do Instituto do Desporto, e à melhoria e optimização da gestão com vista a disponibilizar mais instalações desportivas aos cidadãos.
 - Intensifica a cooperação com os respectivos serviços com vista à elaboração do plano a longo prazo, aumenta e optimiza a Rede das instalações desportivas públicas, resolvendo gradualmente a questão da carência das instalações desportivas.
 - Através das actividades publicitárias e promocionais a longo prazo e sustentado, reforça a consciência dos cidadãos de participação no desporto para todos, melhora a forma e o hábito de participação no desporto para todos pela população, sensibilizando-a a aproveitar gradualmente os espaços públicos e privados para a prática dos exercícios físicos e a utilização de métodos desportivos adequados para o desenvolvimento das

actividades desportivas, minimizando, assim, a dependência excessiva das instalações desportivas.

No âmbito do desporto de rendimento:

1. A carência das instalações desportivas põe em causa o desenvolvimento das competições e dos treinos
 - A conclusão sucessiva das obras de construção e reconstrução das instalações desportivas e dos centros de formação registada nos próximos anos permite resolver gradualmente a carência das instalações desportivas e os impactos negativos verificados no desenvolvimento das competições e dos treinos.
2. A utilização desde há muito tempo da legislação desportiva não acompanha às necessidades do desenvolvimento
 - Procura concluir ainda no corrente ano a revisão do Regulamento dos Prémios do Desporto de Alta Competição com vista a aumentar a motivação dos atletas para o alcance dos sucessos desportivos.
 - Iniciaram os trabalhos de revisão da legislação que regula as actividades desportivas.
3. A falta dos talentos especializados nas associações desportivas implica a melhoria do nível de gestão
 - Através da organização das acções de formação a longo prazo e sustentado, procede à melhoria do nível especializado dos gestores desportivos, dos treinadores e dos juízes das associações desportivas, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentado dos talentos desportivos de Macau.

Questão levantada pelo senhor deputado Chan Chak Mo

44. Ao construir Macau como Centro Mundial de Turismo e de Lazer, quais são as estratégias e ideias para diversificar a estrutura dos mercados provenientes de turistas e como alcançar os serviços e a qualidade ao nível mundial?

Resposta:

Actualmente, a Região da Grande China ainda está a ocupar uma posição muito importante nos mercados provenientes de turistas para Macau, por isso, os Serviços de Turismo estão a desenvolver o sector do Turismo de Macau para alcançar os objectivos de diversificação dos mercados provenientes de turistas. Neste momento, Macau tem os voos directos com as cidades principais na Ásia, estando a explorar as ligações aéreas com outras regiões. As promoções realizadas nos mercados de alvo são muitas vezes beneficiadas pelos voos directos. Além disso, aproveitam-se ainda as vantagens de desenvolvimento maduro do Aeroporto Internacional de Hong Kong, para intensificar as cooperações com nossos vizinhos, promovendo o turismo regional, de forma a aumentar a percentagem entre os turistas internacionais e os que entram em Macau através do aeroporto. Agora, os Serviços de Turismo estão a desenvolver os trabalhos de inquérito sobre os mercados provenientes de turistas. Foi realizado o “Inquérito sobre os turistas em Macau que falam a língua inglesa” em 2014, e serão desenvolvidos os inquéritos destinados aos mercados do Japão e da Coreia em 2015, no sentido de conhecer as características dos turistas e os seus actos turísticos, para a referência de promoções e estratégias turísticas no futuro. Ao mesmo tempo, os Serviços de Turismo continuarão a divulgar a imagem turística geral e

particular de Macau junto dos mercados principais provenientes de turistas, através de várias estratégias e medidas, de forma a consolidar os mercados existentes de turistas. Por outro lado, nos últimos anos, os Serviços de Turismo têm esforço na exploração dos mercados potenciais, tais como, a Rússia e Médio Oriente, tendo participado, todos os anos, nas feiras de turismo realizadas naqueles mercados, com o intuito de aumentar o conhecimento sobre Macau no local. Os Serviços de Turismo continuarão a prestar atenção à variação de situação nos mercados, procurando a exploração dos mercados de longa distância.

No que respeita à elevação da qualidade dos serviços da indústria do turismo, a DST mantém estreito contacto com as associações dos vários sectores do turismo com o intuito de compreender os problemas que o sector turístico enfrenta. Por sua vez, a indústria do turismo dá as suas opiniões e informa as suas necessidades a estes Serviços. A DST, através das acções de formação periódica, apoia os operadores do sector a elevar a capacidade e o nível dos serviços com vista a melhorar a atitude do serviço e otimizar a qualidade dos serviços. De acordo com o rumo do desenvolvimento da indústria do turismo, a DST organiza acções de formação, palestras e *workshops* para responder às necessidades específicas. A DST lançou em 2014 o “Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade”, destinado a definir o modelo de qualidade de serviço para a indústria do turismo, incentivar e apoiar a indústria na criação de uma cultura de prestação de serviços e, igualmente, reconhecer o trabalho das empresas que dispõem de serviços de excelência e que implementam uma gestão de serviços de qualidade. Neste momento, a indústria da restauração é o destinatário do programa, e está em estudo a possibilidade de expandir, no próximo ano, a outros sectores relacionados com o turismo ◦

Questão levantada pela senhora deputada Song Pek Kei

45. Na sequência de desenvolvimento das diversas medidas pelo Governo, obtiveram verdadeiramente efeitos positivos no desvio de cuidados de saúde, concomitantemente, aumentou-se o volume de trabalho das instituições médicas privadas, piora-se com a contratação de pessoal em grande escala, o que causa pressão de recursos humanos nas instituições de serviço social. Será possível que o Governo forneça apoio financeiro em forma de subsídio directo ao pessoal da primeira linha, para estabilizar os recursos humanos?

Resposta:

Com o intuito de permitir aos cidadãos obter cuidados de saúde atempados, oportunos e convenientes, promover o desenvolvimento paralelo de cuidados de saúde em regime público e privado, o Governo da RAEM, desde sempre, tem financiado as instituições médicas de fim não lucrativo para a prestação de serviço e medidas de conveniência a cidadãos.

Na vertente de prestação de apoio às instituições médicas com fins não lucrativos, esta será feita através de reforço de apoio técnico, do aumento a quantia de apoio financeiro, de ajuda as instituições médicas privadas quanto a prestação de diversos tipos de cuidados de saúde à população, desenvolvendo plenamente os recursos comunitários. Concomitantemente, o Governo da RAEM continuará o desenvolvimento do Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, dando atenção ao uso dos vales de saúde, reduzindo as despesas médicas dos cidadãos, para que uma parte dos cuidados de saúde possa ser afectada às unidades de saúde privadas, conseguindo, assim, incentivar o desenvolvimento paralelo do sistema de cuidados de saúde governamental

e não governamental, de modo a atingir o objectivo de garantir cuidar de forma mais profunda a saúde dos cidadãos.

O Governo da RAEM aumenta ininterruptamente o investimento de recursos, insiste no conceito de serviço “Centrado no paciente”, intensificando a colaboração com as instituições médicas de fim não lucrativo, aperfeiçoando as orientações de diagnóstico na aquisição de serviços médicos, promovendo a melhoria dos recurso humanos e de equipamentos, e promover o crescimento global da indústria médica, descobrindo novas vantagens de colaboração entre os serviços do sector público e privado de Macau, nomeadamente havendo um empenho na redução do tempo de espera de consulta, o que garante melhorias na saúde física e psicológica dos residentes.

46. Por falta de boa qualidade dos cuidados de saúde em Macau, mesmo que pretendam contratar médicos estrangeiros para ensinar os médicos locais, é restringido pelo Regime de Função Pública, o procedimento é demorado. Se for possível referenciar as outras regiões, reforma o modelo de governação das instituições médicas públicas, concedendo autonomia em contratação de pessoal?

Resposta:

Nos termos legais, os trabalhadores da função pública são obrigatoriamente ser residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau, os Serviços de Saúde podem contratar pessoal médico, de enfermagem ou outros técnicos através do regime de contrato individual de trabalho ou regime de contrato de serviço, para executar trabalhos técnicos altamente especializados.

Atendendo ao desenvolvimento global da vida ocupacional dos profissionais de saúde, desde o ano de 2009, Governo da RAEM, tem tido uma conclusão faseada da revisão dos projectos de lei de regime especial, nomeadamente, enfermagem, médicos, farmacêuticos e técnicos superior de saúde, pessoal de administração hospital, técnico de diagnóstico e terapêuticos, inspector sanitário e auxiliar de saúde, incluindo a revisão de novo o conteúdo funcional independente, as exigências de profissionais da área de saúde, bem como a regulamentação das disposições de acesso dos profissionais de saúde, bem com o aperfeiçoamento de construção do sistema de saúde.

Em 2015, os Serviços de Saúde iniciaram os procedimentos de contratação de 529 pessoas, planeiam definir o projecto de contratação de pessoal de *backflow*, de acordo com as disposições preliminares, o grupo destinatário são médicos clínicos efectivos com experiência profissional de médico assistente, no mínimo de 5 anos e através de criação de um

mecanismo especial, que os atraia a regressar a Macau para trabalhar. Concomitantemente, os Serviços de Saúde vão continuar reforçar a formação de médicos de clínica geral e os médicos especialistas, aumentando a qualidade dos cuidados de saúde em geral.

No futuro, os Serviços de Saúde continuarão reforçar a formação de médicos de clínica geral e de médicos especialistas e estudará a viabilidade de criação de uma faculdade de especialistas, regulamentar de modo mais profundo o nível profissional médico e através de introdução do mecanismo de audiência concretizar e criar um ambiente médico com qualidade e ideal para que haj um aumento da qualidade dos cuidados de saúde.

Nos cursos de formação de professores, que são conferentes de graus académicos e que são ministrados pela Faculdade de Ciências da Educação da UM, estão contemplados elementos de apoio psicopedagógico e de educação de inteligências múltiplas. Estes elementos estão incluídos nos respectivos cursos do seguinte modo:

1. A teoria das inteligências múltiplas é abordada na disciplina opcional “Avaliação Educacional” (PPEB350), no âmbito do curso de licenciatura em Educação Pré-Primária.
2. No âmbito do curso de licenciatura em Ciências da Educação, são ministradas as seguintes disciplinas obrigatórias: “Aconselhamento e Orientação Escolar” (EDUC482) para as variantes Ensino Secundário e Ensino Primário; e “Aconselhamento e Orientação às Crianças” (PPEB410) para a variante Educação Pré-Primária.
3. A disciplina “Inteligência e Criatividade” (EDCI753), ministrada no âmbito do curso de mestrado em Ciências da Educação, contempla também a teoria das inteligências múltiplas.

4. Além disso, as variantes Educação Pré-Primária e Ensino Primário compreendem várias disciplinas obrigatórias e opcionais que estão abrangidas na teoria das inteligências múltiplas, nomeadamente as seguintes: o Desenvolvimento da Língua para Crianças e Línguas Chinesa e Inglesa (inteligência linguística); Matemática/Raciocínio Quantitativo (inteligência lógica-matemática); Música (inteligência musical); Artes Visuais (inteligência espacial) e Educação Física (inteligência corporal-cinestésica).

Questão levantada pelo senhor deputado Chan Iek Lap

47. Reforço de formação de medicina: Como se encontra um médico de orientação pedagógica adequado? Se o Secretário concorda com a importância de médico de orientação pedagógica? O que se pensa para melhorar os respectivos trabalhos de selecção e do controlo?

Resposta:

Os Serviços de Saúde terão que manter uma determinada proporção de médicos contratados do exterior, para desenvolver o efeito de orientação pedagógica clínica, intensificar e aperfeiçoar ininterruptamente a qualidade dos cuidados de saúde, actualmente, as principais fontes de contratação exterior são do Interior da China e do Portugal. Com base do conteúdo do «Protocolo de Colaboração relativa à saúde entre o Ministério de Saúde e o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura do Governo da Região Administrativa Especial de Macau», celebrado em 12 de Abril de 2006, foi elaborada a minuta “Protocolo de Execução do Protocolo de Colaboração de Saúde”, para uniformizar a normalização de contratação dos profissionais de saúde do Interior da China para trabalharem em Macau, onde se define explicitamente os direitos e responsabilidade dos Serviços de Saúde e a unidade de envio de pessoal. De acordo com as informações até Abril de 2015, os Serviços de Saúde assinaram o «Protocolo de Execução de Saúde» com 21 instituições médicas, provenientes de Beijing, Xanghai, Guangzhou e entre outros sítios. Actualmente, cerca de 40 médicos especialistas do Interior da China estão a trabalhar nos Serviços de Saúde.

Além disso, com o intuito de aperfeiçoar os trabalhos de contratação, os Serviços de Saúde definiram as categorias dos médicos especialistas contratados do exterior, com regulamentação rigorosa no correspondente

aos procedimentos de selecção, à apreciação e autorização, por exemplo, para a contratação de médicos especialistas do Interior da China, as unidades onde estes prestam serviços devem ser obrigatoriamente hospitais de classe-A de terceiro grau, com experiência profissional como médico assistente no período mínimo de 5 anos. Caso não atendam as referidas disposições, com justificações detalhadas apresentadas pelos respectivos serviços da acção médica, depois de discussão, uma apreciação especial poderá ser realizada para garantir a capacidade profissional dos médicos especialistas satisfaz as exigências.

De acordo com o «Regime da Carreira Médica» revista em 2010, foi estabelecido que os médicos especialistas têm que desempenhar as funções de docentes, sendo também uma das condições de acesso e candidatura para uma categoria superior e promove o crescimento dos ambos, uma vez que “Ensino beneficia professores, bem como estudantes”.

Por outro lado, para melhorar a capacidade profissional dos médicos especialistas locais, os Serviços de Saúde têm convidado professores com experiência profissional em Portugal, Beijing, Guangzhou, Hong Kong, entre outras regiões para orientar a realização de operações cirúrgicas. Em 2014, foram orientados 41 casos, o que ajudou melhorar o nível clínico dos médicos profissionais. Em simultâneo, para permitir os técnicos dos cuidados de saúde assimilar os conhecimentos e as técnicas médicas do exterior, os Serviços de Saúde enviam sempre pessoal para fazer intercâmbio no exterior, reforçando ininterruptamente a formação do pessoal desses Serviços.

48. Inovação e reforma da saúde: Acontece que as clínicas privadas encontram muitas dificuldades no seu início de funcionamento, sendo as rendas muito elevadas para os espaços situados num edifício comercial, pergunto ao Senhor Secretário se pode proceder a uma alteração de legislação em colaboração com outros secretários, para que as clínicas privadas possam funcionar em prédios não comerciais?

Resposta:

De acordo com os artigos 3.º a 5.º da Lei n.º 6/99/M, que estabelece a disciplina da utilização de prédios urbanos, os edifícios constituídos em regime de propriedade horizontal devem respeitar o fim ou fins constantes das respectivas licenças de utilização, sendo proibida a afectação, simultânea ou cumulativa, a outros fins, de prédios urbanos que tenham sido afectos a fim ou fins determinados. Desde a entrada em vigor da lei acima referida, é proibida a instalação de clínicas nos prédios residenciais, e as instituições médicas ou clínicas apenas podem ser instaladas nos edifícios comerciais, ou seja, actualmente é proibida a instalação de clínicas médicas nos prédios residenciais. Portanto, só através da revisão da lei é que as respectivas normas podem ser alteradas, os Serviços de Saúde têm que obrigatoriamente observar o processo de licenciamento de acordo com a legislação em vigor.

Do ponto de vista de saúde pública, a instalação de clínicas em prédios residenciais suscita certas dificuldades, particularmente no que diz respeito a doenças infecto-contagiosas, segurança e gestão de condomínio, podendo pôr em risco a saúde dos residentes, e tornar-se questionável esta medida proposta. Os Serviços de Saúde irão reduzir sucessivamente as clínicas que se encontram instaladas nos prédios residenciais, de acordo com as normas legais e através da extinção natural, protegendo assim ainda mais a saúde dos cidadãos.

Por outro lado e de acordo com os dados disponíveis, no ano de 2014, existiam 697 estabelecimentos de saúde privados, representando um aumento de 1.90% face a 684 do ano de 2013, havendo mais 1 hospital, 28 estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, 2 clínicas dentárias, e menos de 7 clínicas de medicina tradicional chinesa e 11 clínicas de medicina ocidental. Foram emitidas, em 2014, 3,216 licenças/alvarás para a prestação de cuidados de saúde em regime privado, comparando com 2,989 do ano de 2013, representou um aumento de 7.59%, reflectindo um bom desenvolvimento do sector privado de saúde.

Questão levantada pelo senhor deputado Leonel Alves

49. Propõe a formação dos talentos locais, especialmente os talentos para o sector público e propõe a criação de um centro de investigação dedicado aos assuntos relacionados com Macau (saúde, educação, construção, etc).

Resposta:

No domínio da Saúde :

O Governo da RAEM tem-se empenhado na revisão e no aperfeiçoamento da construção do sistema de saúde, de forma a assegurar um desenvolvimento saudável e estável do sistema de saúde. Sendo os recursos humanos uma componente importante, tem também prestado atenção ao desenvolvimento geral de carreira dos profissionais de saúde.

No âmbito da formação de médicos, os Serviços de Saúde estabelecem actualmente um mecanismo rigoroso, através do qual os licenciados em área de medicina têm que frequentar os cursos de aperfeiçoamento e cursos avançados com aproveitamento, e após a aprovação no exame de equiparação de habilitações académicas, é que estão reunidas as condições para participar em concursos de médicos gerais, e só os concorrentes aprovados é que podem aceder à categoria de médicos gerais. Para além de ter sido feita a revisão sobre as áreas profissionais e o tempo de duração dos estágios dos internatos complementares, uniformizando a duração do período de formação em 6 anos para todas as especialidades, os Serviços de Saúde elaboraram um plano para a formação de 275 médicos especialistas nos próximos 5 anos, tendo realizado os concursos para admissão de 65 médicos internos em 2014 e irão realizar anualmente concursos de admissão ao internato médico.

Os Serviços de Saúde têm prestado muito importância à formação profissional dos trabalhadores de saúde, enviando pessoal para participar

nas acções de intercâmbio e de estudo no exterior, convidando também para Macau, os médicos professores muito experientes e provenientes de Portugal, Pequim, Cantão e Hong Kong para darem orientações nas intervenções cirúrgicas, contribuindo para a elevação da qualidade clínica dos médicos especialistas locais.

Em articulação com o desenvolvimento social e a grande procura de médicos especialistas, os Serviços de Saúde estão a estabelecer um mecanismo para o regresso dos talentos. Através de um conjunto de medidas novas, pretende-se estimular o regresso dos talentos de saúde locais a Macau, para corresponder à política de criação de um mecanismo para a formação de talentos a longo prazo em consonância com a prioridade definida pelo Governo. Ademais, para satisfazer as necessidades inerentes à entrada em funcionamento das instalações médicas nos próximos anos, os Serviços de Saúde têm continuamente aperfeiçoado o planeamento de recursos humanos e através de várias vias, intensificado as acções de formação para os médicos especialistas locais.

O Governo da RAEM tem realizado sequencialmente e de acordo com os termos legais os procedimentos relacionados com a formação e concursos de acesso, de forma a garantir a qualidade os serviços médicos prestados. Irá continuar a realização dos cursos de aperfeiçoamento e cursos avançados para formar os médicos de clínica geral locais de forma renovada, coordenando com os 2 estabelecimentos de ensino de enfermagem no sentido de aumentar sucessivamente o número de estudantes e o número de turmas, e formar constantemente os profissionais de enfermagem.

Aliás, o Governo da RAEM criou em Agosto de 2013 o Conselho para os Assuntos Médicos, através do qual, foi debatido o “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde” que irá ser aplicado aos profissionais de saúde dos sectores público e privado, sendo o seu conteúdo a elevação das habilitações académicas dos profissionais de saúde, o aperfeiçoamento do regime de

apreciação das qualificações e do mecanismo de formação contínua, a regularização da emissão de licenças e o estabelecimento do regime disciplinar, uniformizando os critérios do exercício de actividade dos profissionais de saúde e elevando a aceitabilidade profissional.

Numa perspectiva de longo prazo, o Governo da RAEM irá estudar a viabilidade da criação de uma faculdade de medicina em Macau e ainda estabelecer a disciplina da qualidade profissional da área de saúde, para que esta seja atingida a nível mundial.

No domínios do Ensino não Superior:

- Formar elites e talentos
 - São desenvolvidas em pleno as funções das bolsas de estudos para o ensino superior, apoiando os alunos provenientes de famílias carenciadas e encorajando os alunos distinguidos para o prosseguimento de estudos no ensino superior. No ano lectivo de 2014/2015, as vagas para as bolsas-empréstimo (empréstimo sem juros)¹, bolsas de mérito², bolsas especiais³ e bolsas extraordinárias⁴ foram respectivamente 4.500, 380, 220 e 30. O montante máximo mensal das bolsas-empréstimo e das bolsas de mérito foi de 5.300 patacas. °
 - É aplicado o “plano de pagamento dos juros ao crédito para os estudos”, apoiando os alunos na continuação de estudos no ensino superior. No ano lectivo de 2014/2015, o valor máximo de empréstimo com pagamento de juros ao crédito foi de 600.000 patacas e até Dezembro de 2014, 257 alunos foram beneficiados.

¹ Destinadas aos alunos oriundos de famílias carenciadas que têm vontade de prosseguir estudos no ensino superior.

² Destinadas aos finalistas distintos do ensino secundário do ano lectivo corrente e estudantes do ensino superior.

³ Destinadas aos alunos que prosseguem estudos nos cursos indicados do ensino superior, para formar quadros qualificados profissionais de que Macau carece.

⁴ Destinadas aos finalistas do ensino secundário do ano lectivo corrente e estudantes da licenciatura em Direito para prosseguimento de estudos em Portugal dos cursos de licenciatura de português e de Direito, para formar talentos bilingues para Macau nesta área.

- Foi reforçado o estímulo aos alunos distintos para frequentarem cursos de licenciatura que incluem a componente de formação pedagógica, para formar quadros qualificados de educação de alta qualidade para Macau.
- São financiados continuamente os alunos para se deslocarem a Portugal para frequentarem os cursos de português e de Direito, visando formar talentos bilingues em chinês e português e na área do Direito.
- São organizados, fora de Macau, acampamentos de Verão sob temas diferentes, proporcionando oportunidades de intercâmbio e aprendizagem aos alunos distintos.
- É promovida, com empenho, a formação de jovens líderes, organizando sistematicamente os seus dados, elevando a sua capacidade na construção da comunidade e otimizando a formação de grupos desses jovens.
- É muito importante que o Governo reforce o estudo de estratégias e a governação científica. A DSEJ tem vindo a valorizar os estudos na área do ensino não superior e na área da juventude para coordenar com a alteração de diplomas legais, a definição de políticas e a elaboração e execução de planeamentos.

Mapa relativo aos 11 equipamentos sociais a inaugurar em 2015 consoante o progresso verificado

Ano de inauguração	N.º	Tipo de serviço	Tipo de equipamento social	Lotação prevista	Natureza (novo equipamento / mudança de instalações / reconstrução)
2015	1	Serviço de reabilitação	Centro de serviços integrados de reabilitação e de treino vocacional para pessoas com deficiência mental	200 vagas	Novo equipamento
	2		Lar para pessoas deficientes	118 vagas (66 para homens e 52 para mulheres)	Novo equipamento
	3		Centro integrado de actividades, de reabilitação e de treino vocacional para pessoas deficientes	160 vagas (70 para serviços de centro de dia e 90 para serviços de centro de reabilitação e de treino vocacional)	Novo equipamento
	4	Serviço de apoio a idosos	Centro de dia para idosos	200 vagas	Novo equipamento
	5	Serviço de apoio a crianças e jovens	Lar de crianças e jovens	40 vagas	Novo equipamento
	6		Creche	210 vagas (repartidas entre 270 crianças)	Novo equipamento
	7		Creche (para crianças de 3 meses a 3 anos de idade)	131 vagas (repartidas entre 191 crianças)	Novo equipamento
	8	Serviço de tratamento da toxic dependência e do vício do jogo	Lar de tratamento de toxic dependentes	78 vagas (48 para homens e 30 para mulheres), resultantes do acréscimo de 54 às 24 já existentes	Mudança de instalações
	9		Serviço de prevenção da toxic dependência (Espaço de Educação de Vida Sadia)	-	Mudança de instalações
	10	Serviço de tratamento da toxic dependência e do vício do jogo	Serviço de prevenção da toxic dependência	35 vagas	Novo equipamento
	11		Centro de tratamento medicamentoso (Metadona)	Sem limite de vagas	Novo equipamento